Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2026 | Nº 26.212 | Preço banca: R$ 3,50

Plano Nacional de Logística prevê R$ 1,2 trilhão em investimentos

O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 entrou em vigor na quarta-feira (12), tendo, como objetivo, orientar o planejamento da infraestrutura de transportes no país até 2050. O documento servirá de referência para investimentos públicos e privados em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Elaborado no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), o PNL foi estruturado a partir da identificação dos principais gargalos da logística nacional. Ele prevê investimentos de R$ 1,225 trilhão em infraestrutura logística até 2050, dos quais R$ 734,4 bilhões deverão vir da iniciativa privada e R$ 490,5 bilhões do setor público.

Os recursos deverão ser direcionados à manutenção de corredores estratégicos, à ampliação da capacidade de estruturas existentes e à implantação de novos empreendimentos.

O documento definiu 112 objetivos prioritários voltados à solução de gargalos atuais, ao atendimento de demandas futuras e ao desenvolvimento regional. Para isso, estabeleceu 31 eixos prioritários de transporte: 12 rodoviários, oito ferroviários, quatro aquaviários e sete intermodais. Página 3

Setor de serviços fica estável em junho e sobe 2% no 1º semestre

Página 3

BNDES tem lucro recorde de R$ 9,2 bilhões no primeiro semestre

Página 3

Transpetro abre concurso público com salário inicial de até R$ 15 mil

Foto/Transpetro/Divulgação

Página 3

Maioria do Supremo decide validar Moratória da Soja

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira (12) validar a chamada Moratória da Soja, acordo celebrado há 20 anos pelas principais empresas que atuam no setor para barrar a compra de soja oriunda de áreas desmatadas.

Por maioria de votos, o plenário do Supremo entendeu que o pacto privado entre as empresas está de acordo com a Constituição e ajuda a preservar o meio ambiente.

Além disso, a Corte também determinou o arquivamento de processos administrativos que estão no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para contestar validade da moratória e solicitar indenizações.

O caso chegou ao Supremo por meio de uma ação proposta pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) contra uma lei de Mato Grosso que restringiu a concessão de benefícios fiscais para empresas que participam de acordos que limitam a expansão agropecuária. Uma lei de Rondônia que trata do mesmo tema também foi contestada pelo PCdoB.

O voto condutor do julgamento foi proferido pelo ministro Flávio Dino. O ministro entendeu que leis estaduais podem restringir benefícios fiscais e também se manifestou sobre a compatibilidade da moratória com a Constituição.

"A Moratória da Soja existe e amanhã pode continuar a existir. Nada está a impedir que atores privados pactuem relações de compra e venda, de acordo com suas políticas empresariais", afirmou.

A manifestação a favor da validade da moratória foi acompanhada pelos ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes.

Dias Toffoli, Luiz Fux e André Mendonça ficaram vencidos em parte e entenderam que a validade da moratória não pode ser analisada pelo STF, mas pelo Cade. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,16
Venda: 5,16

Turismo
Compra: 5,19
Venda: 5,37

EURO
Compra: 5,94
Venda: 5,94

Veja como garantir o desconto da Tarifa Social em São Paulo

Página 2

Anvisa abre caminho para farmácias venderem remédios no Ifood, Rappi e marketplaces

Página 8

Sistema de arrecadação da reforma tributária, split payment não fica pronto para janeiro de 2027

Página 5

Esporte

GP DKR Motorsport começa a definir candidatos aos títulos do AKSP Interlagos Trophy

A reta decisiva do AKSP Interlagos Trophy começa nesta quinta-feira (13/8), com a realização do GP DKR Motorsport, no Kartódromo Ayrton Senna, em Interlagos (SP/SP). A sétima etapa, de um total de dez, continua contemplando a fase mais importante da temporada, quando a pontuação passa a ter peso 1,5 e transforma completamente o cenário das disputas pelo título.

Depois de seis etapas, o campeonato prossegue nesta segunda metade com disputas bastante equilibradas em praticamente todas as categorias. A partir de agora, cada resultado ganha ainda mais importância, já que estas cinco provas restantes tem pontuação ampliada.

O regulamento ainda permite que cada piloto descarte os dois piores resultados – inclusive eventuais ausências –, o que mantém aberta a possibilidade de grandes mudanças na classificação. Com até 37,5 pontos em disputa por etapa, regularidade e estratégia passam a ser fundamentais na luta pelos títulos.

Disputas acirradas

Na Light, categoria de iniciação, seis pilotos diferentes já venceram ao menos uma prova: Marcelo Soufia, Caíque Nascimento, Fernando Assis, José Dourado, Pedro Escorel e Luis Henrique Pereira.

A regularidade colocou Marcelo Soufia na liderança, com 145 pontos, 52,5 à frente de Luiz Paulo Mario, que ainda busca sua primeira vitória. Com a pontuação turbinada, entretanto, a vantagem pode desaparecer rapidamente.

Entre os Graduados, Elcio Lora lidera com 120 pontos, apesar de ter conquistado apenas uma vitória. Paulo Daniel, também vencedor de uma etapa, aparece apenas 6,5 pontos atrás. Tiago Vargas e Giuliano Sciulli, que venceram duas vezes cada, ocupam respectivamente a quarta e a oitava posições.

Com 158 pontos ainda em jogo até o final da temporada, a categoria permanece totalmente aberta.

Na Elite, categoria do pilotos mais experientes, a diferença entre os dois primeiros também é pequena. Henrique Morbi lidera com 165,5 pontos, apenas 8,5 à frente de Paulo Policeno. Ambos já venceram duas vezes.

Valdo Gregório e André Reis, outros pilotos que já subiram ao degrau mais alto do pódio, aparecem respectivamente em quarto e sexto lugares e seguem entre os candidatos à disputa pelo título.

Foto/ Emerson Santos

O GP DKR Motorsport deve ser mais um sucesso do AKSP Interlagos Trophy

Entre os pilotos da Sênior, categoria destinada aos competidores com mais de 40 anos, Rodrigo Hergovich chega à sétima etapa na liderança, com três vitórias e 148,5 pontos. A vantagem sobre Allan Félix é de apenas sete pontos. Félix venceu duas vezes e segue pressionando o líder.

Valdo Gregório, com uma vitória, é o outro vencedor da categoria e ocupa a sexta colocação. O piloto é o único a ter vencido também na Elite, mostrando sua competitividade em duas das principais categorias do campeonato.

Mulheres em Ação também tem briga aberta

A competição feminina também promete fortes emoções na reta final.

Na categoria Mulheres em **Ação** – Graduadas, Lucimara Reimberg lidera com 134,5 pontos e três vitórias. A experiente Suzane Carvalho, vencedora de duas etapas, aparece na segunda posição, com 108,5 pontos.

Rita Sanches e Mirna Lopes completam as quatro primeiras posições, enquanto Aurélia Freitas, outra vencedora na temporada, ocupa a 13ª colocação e ainda pode reagir graças à pontuação maior das últimas etapas.

Entre as estreantes do projeto Mulheres em Ação – Novatas, Beatriz Marsilli é a líder com três vitórias. Arisdelly Santim tem duas vitórias e Paola Feliciano uma, mantendo a disputa aberta.

GP DKR Motorsport terá premiação especial

Além da disputa dentro da pista, o GP DKR Motorsport terá atrações especiais para os participantes.

A tradicional premiação da Giovanna Baby, com kits masculinos e femininos, e da Cerveja Paulistânia será mantida. A DKR Motorsport, fabricante de macacões, luvas, balaclavas e underwear para competição, também irá contemplar os melhores classificados da etapa.

Com cinco etapas pela frente e a pontuação multiplicada por 1,5, o GP DKR Motorsport promete ser um divisor de águas no campeonato. Para quem está na frente, é hora de defender a vantagem. Para quem vem atrás, a oportunidade de acelerar a reação que começa nesta quinta-feira.

Felipe Drugovich encerra 1ª temporada completa na Fórmula E buscando vitórias em Londres

A primeira temporada completa de Felipe Drugovich (GAV Resorts / Stilo) na Fórmula E, a categoria mundial dos carros elétricos, está chegando ao fim e neste final de semana 14 e 15/8), em mais uma rodada dupla em circuito urbano, ele compete em Londres, na Inglaterra.

E serão vários os objetivos do campeão da Fórmula 2 em 2022 na rodada que definirá os novos campeões da Fórmula E.

"Quero fechar o campeonato com 'chave de ouro', brigando por pole position e por vitória nas duas corridas de Londres", aponta o piloto de Maringá (PR). "Mas também quero ajudar meu companheiro de equipe e a própria equipe a chegar ao título", completou.

O britânico Jake Dennis, que compete com Drugovich na equipe Andretti Fórmula E, lidera o campeonato após a disputa de 15 provas com apenas 2 pontos de vantagem sobre o neozelandês Mitch Evans.

E a Andretti Fórmula E é a terceira colocada na classificação entre as equipes, 46 pontos atrás da líder Jaguar TCS Racing e com 32 pontos de desvantagem para a Porsche Fórmula E Team, a vice-líder.

"Vamos trabalhar para que o Jake e a Andretti sejam campeões neste final de semana em Londres", disse Felipe Drugovich. "A pista é parecida com a de Tóquio e lá tínhamos um bom carro. Esperamos continuar e, mais ainda, melhorar este cenário para podermos chegar aos objetivos. Temos muito para conquistar e para fazer bem feito, procurando sempre minimizar os erros", completou.

As atividades da Fórmula E em Londres terão transmissão ao vivo na Band TV, no BandSports em TV fechada, no site Band.com.br, no Bandplay em suas plataformas digitais e pelo N Sports e Acelerados, em TV fechada e YouTube.

Veja como garantir o desconto da Tarifa Social em São Paulo

O acesso à água tratada com preço reduzido é um direito garantido no estado de São Paulo. Por meio da Tarifa Social Paulista, famílias de baixa renda podem reduzir seus custos mensais, pagando de R$ 16,42 a R$ 21 pelo consumo mensal.

Para garantir esse valor, o requisito fundamental é a inscrição atualizada no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais.

O valor de R$ 16,42 garante o fornecimento de até 10 metros cúbicos (10 m³) de água por mês para as famílias de menor renda. Para dimensionar o que esse volume representa no dia a dia, 10 m³ equivalem a 10 mil litros de água. Ou seja, por menos de R$ 17, o morador tem volume de água equivalente a 500 galões de 20 litros, ou a 20 mil garrafinhas de 500 ml.

Quem se enquadra na Tarifa Social?

O desconto é dividido em duas faixas, dependendo da renda familiar registrada no CadÚnico:

Tarifa Residencial Vulnerável (R$ 16,42): Para famílias em situação de extrema pobreza, com renda média por pessoa de até R$ 218.

Tarifa Residencial Social (R$ 21): Para famílias com renda média por pessoa entre R$ 218 e meio salário-mínimo.

Passo a passo para a inscrição e manutenção do desconto

A concessão do benefício depende de três etapas principais de regularização:

O cidadão deve procurar o Cras (Centro de Referência de Assistência Social) do seu município para realizar ou atualizar o cadastro. É necessário levar documentos de todos os moradores da residência.

Uma dificuldade que impede o desconto é a conta de água estar em nome de terceiros (como o proprietário do imóvel alugado). O CPF cadastrado no CadÚnico deve ser o mesmo CPF do titular da conta de água da Sabesp.

Caso os dados não estejam batendo, o consumidor deve solicitar a transferência de titularidade ou a atualização cadastral pelos canais de atendimento da companhia (site, app ou lojas físicas).

O desconto é limitado a um único imóvel por núcleo familiar. Caso o consumidor atenda aos critérios, mas o benefício não seja aplicado automaticamente, é recomendável entrar em contato com a Sabesp portando o número do NIS (Número de Identificação Social) e o CPF.

Para mais detalhes sobre a documentação necessária e postos de atendimento, a consulta pode ser feita em www.sabesp.com.br/social. (Governo de SP)

Foto/Divulgação/Governo de SP

Desconto *é dividido em duas faixas, dependendo da renda familiar registrada no CadÚnico*

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Valendo pra jornalistas de vereadores(as) : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única Fonte da Verdade [O Cristo Jesus]

.

PREFEITURA (São Paulo)
Valendo pra jornalistas do Ricardo e secretariado : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Valendo pra jornalistas de deputados(as) estaduais : cristãos e Cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

GOVERNO (São Paulo)
Valendo pra jornalistas do Tarcísio e secretariado : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

CONGRESSO (Brasil)
Valendo pra jornalistas de deputados(as) e senadores(as) : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Valendo pra jornalistas do Lula, Alckmin e ministros(as) : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

PARTIDOS (Brasil)
Valendo pra jornalistas de dirigentes partidários : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Valendo pra jornalistas de profissionais nas carreiras jurídicas : cristãos e cristãs [de verdade] que se tornaram jornalistas e acreditam nas Liberdades Concedidas por DEUS ... têm a Eterna Garantia da Única e Verdadeira Fonte [O Cristo Jesus]

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "graça e paz, da parte de Deus Pai e da de nosso Senhor Jesus Cristo" **Gálatas 1.3**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agricolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Defesa Civil alerta para onda de calor e riscos de incêndios florestais no Estado

A Defesa Civil do Estado de São Paulo alerta para uma onda de calor, com temperaturas elevadas e baixos índices de umidade relativa do ar, entre quinta-feira (13) e quarta-feira (19). O cenário é provocado pela atuação de uma massa de ar quente e seco sobre grande parte do Estado e será mais intenso no interior paulista, onde as temperaturas poderão ficar até 7°C acima da média. A combinação de calor, baixa umidade e vegetação ressecada também poderá favorecer a ocorrência de incêndios.

A previsão indica que o calor será acompanhado por tempo seco, condição que exige atenção tanto à saúde quanto à prevenção de queimadas e incêndios. A rápida elevação das temperaturas após dias mais amenos também pode aumentar a sensibilidade das mucosas, especialmente entre os grupos mais vulneráveis.

"Quando a temperatura sobe de forma rápida, associada à baixa umidade do ar, as mucosas ficam mais sensíveis. Isso, somado à circulação de vírus respiratórios característica do inverno, aumenta o risco de infecções respiratórias, especialmente entre crianças, idosos, pessoas com doenças pulmonares ou alérgicas", explica a Tenente Carolina, médica pneumologista do Departamento de Atendimento Médico da Casa Militar.

Foto/Governo de SP

O *calor será acompanhado por tempo seco, condição que exige atenção tanto à saúde quanto à prevenção de queimadas e incêndios*

Mesmo quem não faz parte dos grupos mais vulneráveis pode sentir os efeitos do tempo seco. Por isso, a recomendação é manter a hidratação, umidificar os ambientes sempre que possível, evitar exposição prolongada ao sol nos horários mais quentes e manter boa ventilação.

As temperaturas máximas poderão ficar:

Até 7°C acima da média: regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Barretos, Franca e Ribeirão Preto;

De 3°C a 5°C acima da média: regiões de Marília, Bauru, Araraquara, Itapeva, Sorocaba, Campinas, São José dos Campos e Região Metropolitana da Capital Paulista;

Até 3°C acima da média: regiões de Registro, Baixada Santista e Litoral Norte.

A persistência das altas temperaturas e da baixa umidade também aumenta o risco de incêndios em vegetação. A Defesa Civil orienta a população a não realizar queimadas nem utilizar fogo para limpeza de terrenos, não descartar bitucas de cigarro às margens de rodovias ou em áreas de vegetação seca e redobrar a atenção em áreas rurais.

Ao identificar fumaça ou um princípio de incêndio, acione imediatamente o Corpo de Bombeiros, pelo 193, ou a Defesa Civil, pelo 199. Acompanhe os alertas e as dicas de prevenção no perfil oficial da Defesa Civil do Estado de São Paulo. (Governo de SP)

Veja dicas do Detran-SP para contratação de transporte escolar

Foto: Governo de SP

Entre *os pontos analisados nas vistorias estão condições dos pneus, sistema de lanterna e de freios*

Na volta às aulas, o DetranSP recomenda que os pais e responsáveis verifiquem a regularidade do veículo e do motorista antes de contratar o serviço de transporte escolar. Para exercício da atividade, o veículo precisa ser inspecionado a cada seis meses, conforme preveem a Portaria Normativa Nº 11/2023 do Detran-SP e o Código de Trânsito Brasileiro, por meio da Lei Nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Caso a documentação não esteja em dia, o motorista pode ser penalizado por infração gravíssima com multa de R$ 1.467, 7 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e remoção do veículo ao pátio. As fiscalizações nas ruas são realizadas durante as Operações Transporte Escolar Seguro (OTES). Desde junho de 2024, quando foram criadas, essas operações verificaram as condições de 990 veículos e condutores em 75 ações.

Autorizações do condutor

Além de realizar a vistoria veicular obrigatória, os transportadores precisam de um documento para atestar a segurança e a idoneidade do serviço oferecido. Para isso, o Detran-SP oferece digitalmente a autorização para transporte escolar para o condutor, conforme prevê o artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O documento é obrigatório, não tem taxa de emissão e deve ser solicitado pelo portal do Detran-SP. Assim, os pais terão a garantia de que seus filhos estão sendo conduzidos por motoristas com o devido curso e com certidão negativa de Antecedentes criminais para homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

Além de ter esse atestado de condutor autorizado, aqueles que quiserem se tornar condutores de transporte escolar precisam apresentar uma série de documentos, como: CNH registrada no estado de São Paulo; CNH válida e sem bloqueios; Ter idade superior a 21 anos; Categoria D ou E; Exame toxicológico periódico válido; Não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 últimos meses; Curso de Transporte Escolar válido e presente na Carteira Digital de Trânsito – CDT; Certidão negativa do registro de distribuição criminal válida relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

Cuidados em relação ao transporte escolar

1) Certifique-se de que o veículo esteja em dia com a autorização da prefeitura para este tipo de transporte e também com a vistoria semestral específica, realizada por uma ITL – Instituição Técnica Licenciada, por meio da autorização de transporte escolar que deverá estar afixada na parte interna do veículo, em local visível;

2) Confirme se o condutor tem CNH categoria D ou E, dentro da validade, se fez o Curso de Transporte Escolar e se possui autorização específica de condutor de transporte escolar;

3) O veículo deve ter a inscrição "ESCOLAR" no seu exterior, cinto de segurança em todos os bancos, extintor de incêndio, travas de segurança nas janelas com abertura máxima de 10 centímetros e dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros;

4) Os pais podem também pedir para verificar as condições dos equipamentos obrigatórios (lanternas, espelho retrovisor, cronotacógrafo, pneus etc.), assim como verificar se cada criança – independentemente do tamanho ou idade – ocupa um assento e um cinto de segurança no veículo, sem compartilhamento;

5) Fique atento às condições de higiene, conforto e segurança do transporte escolar;

6) Apure com a escola e os pais de outros alunos as referências do profissional condutor;

7) Observe a forma como o motorista recepciona as crianças na porta da escola e prefira a opção de transporte que tenha outro adulto acompanhando as crianças, além do condutor.

Vistoria de veículos destinados à condução de escolares

Entre os pontos analisados nas vistorias estão condições dos pneus, sistema de lanterna e de freios, adesivagem amarela na lateral completa do veículo com a escrita escolar, faixas reflexivas, itens obrigatórios de segurança, como extintor de incêndio, cintos de segurança, entre outros.

Alguns veículos – por conta do modelo de fábrica – utilizam farol de milha, que não é um item obrigatório. Se este equipamento estiver instalado no veículo, o mesmo deverá estar funcionando, já que o não funcionamento desse item pode determinar a reprovação do veículo na vistoria.

A inspeção semestral deve ser realizada por uma Instituição Técnica Licenciada (ITL), credenciada pela Senatran, que emite o laudo de inspeção de transporte escolar, a ser apresentado ao Detran para a emissão da autorização. A lista de empresas credenciadas pode ser consultada no portal do Detran-SP. O agendamento e pagamento da taxa de inspeção devem ser feitos diretamente com a empresa escolhida (não tem valor tabelado).

Após a apresentação da documentação, o transportador terá acesso à autorização também pelo portal do Detran-SP . Basta imprimir o documento e fixá-lo na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação máxima permitida (sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante). (Governo de SP)

Plano Nacional de Logística prevê R$ 1,2 trilhão em investimentos

O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 entrou em vigor na quarta-feira (12), tendo, como objetivo, orientar o planejamento da infraestrutura de transportes no país até 2050. O documento servirá de referência para investimentos públicos e privados em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Elaborado no âmbito do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), o PNL foi estruturado a partir da identificação dos principais gargalos da logística nacional. Ele prevê investimentos de R$ 1,225 trilhão em infraestrutura logística até 2050, dos quais R$ 734,4 bilhões deverão vir da iniciativa privada e R$ 490,5 bilhões do setor público.

Os recursos deverão ser direcionados à manutenção de corredores estratégicos, à ampliação da capacidade de estruturas existentes e à implantação de novos empreendimentos.

O documento definiu 112 objetivos prioritários voltados à solução de gargalos atuais, ao atendimento de demandas futuras e ao desenvolvimento regional. Para isso, estabeleceu 31 eixos prioritários de transporte: 12 rodoviários, oito ferroviários, quatro aquaviários e sete intermodais.

Entre as ações previstas estão a expansão de corredores ferroviários e rodoviários, a consolidação de hidrovias e a ampliação da infraestrutura portuária.

Foto/Rovena Rosa/ABr

Mudanças

Durante a cerimônia de lançamento do PNL em Brasília, o ministro dos Transportes, George Santoro, destacou que o plano vai organizar "projetos, sonhos, vidas e iniciativas" que ajudarão a estruturar o futuro do Brasil e da América Latina.

"Por muito tempo, o Brasil escolheu obras e, depois, procurou uma estratégia para justificá-las. No PNL 2050, fizemos o contrário. Primeiro definimos que Brasil queremos construir. Depois, quais problemas precisamos resolver. Só então passamos a discutir quais investimentos fazem sentido", discursou o ministro.

Para o ministro do Transporte, George Santoro, o PNL vai estruturar o futuro do Brasil e da América Latina - Instagram/@santoro.george

Segundo ele, esta não é uma mudança simples de se fazer porque, na verdade, é uma mudança de cultura. "E cultura é um processo que não será transformado por um único plano. O que esperamos é construir essa mudança ao longo do tempo e consolidar esse novo processo de planejamento", complementou.

Cabotagem

Entre as novidades apresentadas nesta edição do PNL, o ministro destacou a inclusão da cabotagem (navegação entre portos de um mesmo país). "O Brasil precisa voltar a olhar a cabotagem com seriedade. Esta foi uma evolução muito grande", disse.

"Ainda não colocamos a questão do transporte aéreo de cargas. Temos de evoluir nisso", complementou.

Também presente na cerimônia, o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, disse que o Brasil tem avançado em sua capacidade de infraestrutura, após grande ciclo de investimentos públicos e, sobretudo, privados.

"A parceria com o setor privado trouxe resultados positivos, tanto no sentido da capacidade que foi instalada no país quanto, especialmente, no sentido da eficiência que alcançamos, elevando os patamares de desempenho, sobretudo nos setores de portos e aeroportos", disse.

Modais

Segundo ele, o grande desafio que o PNL traz como resposta é o de integrar os modais de transporte. "Os modais não são isolados. Precisam dialogar entre si. O porto é o nó desses caminhos. Mas ele não vive sem acessos rodoviários, ferroviários e hidroviários".

"Entendo que a rodovia não é o melhor caminho para a expansão que precisamos. Portanto, precisamos avançar nas políticas de escoamento por meio do transporte ferroviário", acrescentou.

"E não dá para começar uma ferrovia sem ser pelo porto", complementou o ministro George Santoro.

Para o presidente da Infra (empresa pública federal criada para planejar, estruturar projetos e desenvolver engenharia e inovação no setor de transportes do país), Jorge Bastos, o PNL precisa, acima de tudo, "ter credibilidade, de forma a perpassar governos. Foi com essa perspectiva que ele foi elaborado", disse.

Desafios

Entre os desafios apontados no PNL 2050 estão a forte dependência das rodovias, que respondem por 54% da movimentação de cargas, a baixa utilização de ferrovias e hidrovias, dificuldades de escoamento da produção, problemas de abastecimento em regiões mais isoladas e barreiras à integração entre os modais.

Para enfrentar esses problemas, o PNL prioriza a ampliação da intermodalidade, com maior conexão entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

A expectativa é reduzir custos logísticos, aumentar a competitividade das exportações, melhorar o abastecimento interno e ampliar a integração do território nacional.

O documento lançado nesta quarta-feira dá destaque também à redução das desigualdades regionais, com prioridade para projetos no Norte e Nordeste, e incorpora critérios de sustentabilidade, como adaptação às mudanças climáticas, redução de emissões e proteção da biodiversidade.

Setor de serviços fica estável em junho e sobe 2% no 1º semestre

O setor de serviços terminou o primeiro semestre de 2026 com expansão de 2% em comparação com o mesmo período do ano passado. Em junho, o comportamento foi de estabilidade, ou seja, sem variação na comparação com maio.

Na comparação com junho de 2025 houve crescimento de 2%. No acumulado de 12 meses, o setor avança 2,6%. O segundo trimestre de 2026 teve desempenho positivo de 0,4% na comparação com o primeiro trimestre.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada na quarta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor de serviços é um termômetro da economia, pois reúne atividades grandes geradoras de emprego, como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza, internet e tecnologia da informação (TI).

Com o desempenho de junho, os serviços figuram 19,9% acima do nível pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 0,3% abaixo do maior patamar já registrado, alcançado em outubro de 2025.

Na comparação entre meses imediatamente seguidos, apenas dois meses apresentaram crescimento em 2026: Janeiro: 0,0%; Fevereiro: 0,1%; Março: -1,0%; Abril: 1,2%; Maio: -0,2%; Junho: 0,0%.

De acordo com o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, o setor opera muito próximo do seu ponto mais alto, mas de uma forma acomodada.

"Não há indícios de escalada, tampouco trajetória descendente", avalia.

Apesar de serem classificados como atividade de serviços, os bancos não são incluídos na pesquisa do IBGE.

Influências no semestre

Na comparação do primeiro semestre de 2026 com o mesmo período do ano passado, três das cinco atividades pesquisadas pelo IBGE apresentaram alta:

Serviços prestados às famílias: 2,0%

Serviços de informação e comunicação: 6,8%

Serviços profissionais, administrativos e complementares: 2,4%

Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio: -1,2%

Outros serviços: 0,0%

Na mesma base de comparação, 47,6% dos 166 tipos de serviços investigados tiveram desempenho positivo.

Para Rodrigo Lobo, os dados do semestre revelam que o setor apresenta "taxa de crescimento menos intensa" que nos semestres anteriores. Nos primeiros seis meses de 2025, por exemplo, a expansão acumulada do ano estava em 2,7%.

Índice de atividades turísticas

A Pesquisa Mensal de Serviços traz ainda o índice de atividades turísticas (Iatur), que recuou 3,4% em junho, na comparação com o mês anterior. No acumulado do ano, há redução de 0,9%. Em 12 meses, as atividades apresentam alta de 1%.

Esses resultados deixam as atividades de turismo 6,6% acima do patamar pré-pandemia e 6,2% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

O Iatur reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens, bufê e transporte aéreo de passageiros.

São divulgadas informações de 17 unidades da federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte. (Agência Brasil)

BNDES tem lucro recorde de R$ 9,2 bilhões no primeiro semestre

No primeiro semestre deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) registrou um lucro recorrente de R$ 9,2 bilhões, o que representou alta de 25% em relação ao mesmo período de 2025. Já no acumulado dos últimos 12 meses, até junho deste ano, o lucro recorrente alcançou R$ 17,1 bilhões, um recorde histórico para a instituição.

Para o presidente da instituição, Aloizio Mercadante, os resultados do primeiro semestre foram bastante positivos.

"É um balanço extraordinário. É muito raro você conseguir combinar essas condições que estamos aqui apresentando hoje, com consistente e acelerado crescimento no volume de créditos e uma rentabilidade que é a segunda maior do mercado", disse ele no final da manhã da quarta-feira (12), em entrevista coletiva concedida na sede da instituição, em São Paulo.

Os ativos totais do banco, nesse primeiro trimestre, somaram R$ 1,05 trilhão, maior valor de sua da história, segundo o BNDES. Já a carteira de crédito alcançou R$ 684 bilhões, maior patamar desde 2016. O patrimônio líquido, por sua vez, atingiu R$ 181 bilhões, maior patamar histórico.

Além disso, informou o banco, as aprovações de crédito somaram R$ 110,6 bilhões no período, aumento de 52% na comparação com o ano passado. Os maiores crescimentos foram observados no crédito à infraestrutura (+ 91%) e agropecuária (+ 46%), que somaram, respectivamente, R$ 46 bilhões e R$ 24,8 bilhões. Já os créditos ao comércio e serviços somaram R$ 17,3 bilhões, o que significou aumento de 27%, enquanto os créditos para a indústria atingiram R$ 22,5 bilhões, alta de 24%.

Por sua vez, o apoio às micro, pequenas e médias empresas somou R$ 108,2 bilhões, maior valor da história para o período, com alta de 22% sobre o mesmo período do ano passado.

Quanto à inadimplência registrada para 90 dias, ela se manteve praticamente estável, em torno de 0,05%, inferior à do Sistema Financeiro Nacional, que é 4,68% no geral e 0,66% para grandes empresas.

Durante a entrevista coletiva, Mercadante informou que o BNDES tem procurado diversificar sua carteira, investindo em novos setores e projetos como o carro voador, inteligência artificial, minerais críticos e terras raras. "Vamos entrar forte em terras raras, lítio e em mobilidade. Estamos financiando o PIB de toda indústria automotiva para fazer o elétrico flex para trazer o biocombustível junto com a mobilidade elétrica, que é uma rota tecnológica própria que o Brasil está perseguindo", afirmou.

O presidente do banco explicou que o BNDES tem trabalhado em projetos de reconstrução e antecipado ações de prevenção e combate às mudanças climáticas. "Nós vamos ter novas emergências climáticas. O El Niño está vindo com força e tudo sinaliza que este ano já está muito mais quente no Brasil do que em 2024. Devemos ter muita chuva no sul, ondas de calor no Sudeste e muita seca no Norte e Nordeste. Então [o BNDES] vai ter que entrar nesse tema. Vamos ter que ajudar essas empresas, essas comunidades, essas famílias", explicou. (Agência Brasil)

Transpetro abre concurso público com salário inicial de até R$ 15 mil

Estão abertas as inscrições para o concurso público da Transpetro, subsidiária de logística da Petrobras. São 281 vagas imediatas e 3.890 para cadastro de reserva. e o concurso é organizado pela Fundação Cesgranrio.

O salário inicial varia de R$ 5.464 a R$ 15.034,81, além de benefícios como previdência complementar, benefício educacional e plano de saúde.

As oportunidades são para cargos de níveis médio, técnico e superior, distribuídos em quatro editais específicos: quadro de mar (oficiais), quadro de mar (suboficiais e guarnição), quadro de terra (nível médio) e quadro de terra (nível superior).

As inscrições vão até 14 de setembro, no site da Cesgranrio, que também disponibiliza os editais do processo seletivo. Os dois editais do quadro mar terão 180 vagas; e o terra, 101.

Os locais de trabalho no quadro terra se distribuem entre os polos Norte/Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo e Sul. Para o quadro de mar, as oportunidades têm abrangência nacional.

Prova em novembro

As provas estão marcadas para 29 de novembro e serão aplicadas em todas as capitais, independentemente do polo de trabalho escolhido pelo candidato.

Estão reservadas 30% das vagas para pessoas pretas e pardas (25%), indígenas (3%) e quilombolas (2%). Para pessoas com deficiência (PCD), a Transpetro reservou 10% das vagas e do cadastro reserva.

De acordo com o edital, a taxa de inscrição varia de R$ 81,50 (cargos de mar como auxiliar de saúde, cozinheiro, moços e condutores e carreiras de terra de nível médio/técnico) a R$ 117 (cargos de mar para oficiais e carreiras de terra de nível superior).

Os editais preveem isenção do valor para candidatos que sejam de família de baixa renda inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) ou que sejam doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

O concurso tem validade de 1,5 ano e pode ser prorrogado por igual período.

A Transpetro é a maior empresa de logística multimodal de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis do país. A empresa tem cerca de 5,7 mil empregados. (Agência Brasil)

ANP atualiza regras para comercialização de biometano

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) atualizou as regras para a comercialização de biometano no país. A Resolução n.º 1.006/2026 determina novos padrões de qualidade, transporte e comercialização do combustível renovável destinado aos setores veicular, residencial, comercial e industrial.

O biometano é uma forma de combustível renovável produzido a partir do aproveitamento energético de resíduos orgânicos.

Além disso, a norma passa a definir de forma conjunta as especificações do biometano produzido a partir da purificação do biogás gerado em aterros sanitários, estações de tratamento de esgoto, resíduos orgânicos, além de outras formas baseadas em matérias-primas renováveis.

Entre as principais mudanças está a permissão para a mistura do biometano com o gás natural, incluindo a injeção do combustível nas redes de transporte e distribuição, desde que o produto final atenda às especificações de qualidade exigidas para o gás natural.

A resolução também amplia as exigências relacionadas ao controle de qualidade. Os produtores deverão analisar periodicamente as características físico-químicas do combustível e emitir certificados para comprovar a conformidade do produto comercializado.

O monitoramento inclui parâmetros como teor de metano, dióxido de carbono, oxigênio, enxofre, sulfeto de hidrogênio e umidade.

Para o biometano produzido a partir de aterros sanitários e estações de tratamento de esgoto, a ANP estabeleceu regras adicionais de segurança e controle de contaminantes, como metais pesados, compostos orgânicos e micro-organismos.

Nesses casos, os produtores deverão elaborar análises de risco baseadas em metodologia internacional.

Outra novidade é a exigência de instalação de filtros específicos para retenção de micro-organismos em unidades produtoras de biometano obtido a partir da purificação de biogás.

A medida busca reforçar a segurança do combustível antes de sua injeção em redes de distribuição ou utilização por consumidores finais.

Segundo a ANP, as novas regras atualizam o marco regulatório do setor e substituem normas publicadas em 2022.

A resolução altera dispositivos de regulamentações anteriores sobre especificações do gás natural e autorização de operação de unidades produtoras de biometano. (Agência Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/editais-leilaes/

PRE 91 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 18.546.442/0001-01 - NIRE 35227216749

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 28.07.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das Sócias. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 14.121.304,00 **para** R$ 11.921.304,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 085 Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 34.175.665/0001-58 - NIRE 35235573859

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 08.08.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das Sócias. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 27.220.480,00 **para** R$ 21.220.480,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ/MF nº 21.332.862/0001-61 - NIRE 35300540131

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**. para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada **no dia 20 de agosto de 2026, às 10:00 horas, no seguinte endereço: na Alameda Santos, 1787, 8º andar – conjunto 51 e 52, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-906,** a fim de deliberarem sobre a "ordem do dia" abaixo elencadas: Ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso tal quórum não seja observado em primeira convocação, será realizada uma nova convocação, na qual o mesmo quórum de instalação será exigido. Caso o quórum de instalação não seja observado em segunda convocação, será realizada uma terceira convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia. Se o quorum de instalação não for observado em terceira convocação, será realizada uma quarta convocação, neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer número de acionistas, nos termos do Artigo 7º e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia e dos dispostos no inciso I do parágrafo 1º e 2º do artigo 124 da Lei de Sociedade por Ações ("Lei das S.A"). **Ordem do dia:** 1. Ratificar a Ata da Reunião da Diretoria realizada em 31 de julho de 2026, em face de aparecimento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, por meio da qual foi deliberada a alteração do endereço da sede social da Companhia; e 2. Modificar a representação da Companhia no Artigo 17 do Estatuto Social para que os Diretores da Companhia não assinem mais isoladamente.

São Paulo, 12 de agosto de 2026.

Diretor Presidente: Fábio Antônio da Costa

Diretor: Evandro Luiz Pacheco Pereira

JRL CAPITAL SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 68.513.973/0001-68

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA

Realizada em 30/03/2026, às 11h na sede social. **Presença dos Acionistas:** Representando 100% do capital social votante. **Mesa:** Presidente: Sr. **João Igor Gonçalves Pereira**; Secretário: Sr. **Renato Luciano da Silva Molinaro**. **Publicações:** Os acionistas foram convocados por Carta-Convite. **Deliberações:** 1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social, Sr. Presidente da Mesa submeteu-a à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social da **JRL Capital Securitizadora S.A.**, a ter a redação estabelecida ao final das deliberações desta Ata. 2) Boletins de Subscrição das Ações: Foi aprovada a subscrição do capital social da Companhia, nos seguintes termos: Boletim de Subscrição [–a) Nome: **João Igor Gonçalves Pereira**, RG nº 33.622.641-X SSP/SP, CPF nº 306.741.958-84; b) Nome: **Renato Luciano da Silva Molinaro**, RG nº 33.387.399-3 SSP/SP, CPF nº 222.281.198-81; c) Nome: **Leandro Duenha Bogas**, RG nº 35.820.968-7 SSP/PR, CPF nº 299.449.198-29. 3) Ações subscritas: 150.000 ações, sendo 100.000 ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. Percentual de integralização: 50 (das Ações: 10%; Distribuição por subscritor: **João Igor Gonçalves Pereira** – 33% – **Renato Luciano da Silva Molinaro** – 33% e – **Leandro Duenha Bogas** – 33%. 4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores – Os acionistas aprovaram a eleição dos Srs. **João Igor Gonçalves Pereira,** qualificado anteriormente, como **Diretor-Presidente** e Sr. **Renato Luciano da Silva Molinaro**, já qualificado anteriormente, como **Diretor Estatutário,** todos com mandato de até 3 anos. 4.1) aprovada a remuneração global anual de até R$ 120.000,00 para os membros da Diretoria, cuja distribuição será deliberada pelo Conselho Diretivo do Estatuto Social da Companhia. **Renato Luciano da Silva Molinaro**, Secretário, **João Igor Gonçalves Pereira**, Presidente. **JUCESP/NIRE - 353006958-4** em 29/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 30.948.437/0001-12 – NIRE 35.300.518.799

Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2.7.2026

Data, Hora, Local: Em 2.7.2026, às 15h, na sede social, Praça General Gentil Falcão, nº 108, Conjunto 132, Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araújo, Brooklin Novo, CEP 04571-150. **Mesa:** Presidente: Júlio Cardoso Paixão; Secretário: Pedro Lins Meirta Quintão. **Quórum de Instalação:** Totalidade do Capital Social. **Edital de Convocação:** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberação:** Rerratificar o item 2 da Assembleia Geral Ordinária realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Extraordinária em 30.4.2026, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 01.06.2026, sob nº 224.005/26-1, por ter constado o valor de R$25.363.121,76 (vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e três mil, cento e vinte e um reais e setenta e seis centavos) de lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2025, quando o valor correto é R$26.694.814,90 (vinte e seis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e noventa centavos), passando a destinação do referido resultado ser a seguinte: "R$6.000,00 (seis mil reais) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", R$20.694.814,11 (vinte milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e onze reais e dezessete centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$6.672.203,73 (seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e três reais e setenta e três centavos) para pagamento de dividendos, os quais deverão ser pagos até 31.12.2026.". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Júlio Cardoso Paixão; Secretário: Pedro Lins Meira Quintão; Acionista: Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.; representada por seus diretores, Cassiano Ricardo Scarpelli e Vinicius Panaro. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Pedro Lins Meira Quintão - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 304.260/26-5, em 31.7.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Vale do Mogi Açúcar Etanol e Energia S/A

CNPJ/MF nº 40.004.367/001-06

Demonstrações Financeiras em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

ATIVO	2025	2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	457	470
Impostos a Recuperar	25	22
Total do ativo circulante	**482**	**492**
Não Circulante		
Investimentos	390.609	414.530
Total do ativo não circulante	**390.609**	**414.530**
TOTAL DO ATIVO	**391.091**	**415.022**
PASSIVO	**2025**	**2024**
PASSIVO CIRCULANTE		
Débitos com Relacionadas	4.069	3.923
Total do passivo circulante	**4.069**	**3.923**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Impostos Diferidos	11.752	13.993
Débitos com Relacionadas	39.659	42.175
Total do passivo não circulante	**51.411**	**56.168**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	92.223	92.223
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	(784)	(1.825)
Reservas de lucros	244.172	264.533
Total do patrimônio líquido	**335.611**	**354.931**
TOTAL DO PASSIVO	**391.091**	**415.022**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	79.639	99.088
Equivalência patrimonial sobre coligadas	(79.640)	(99.020)
Resultado abrangente do exercício	**(10)**	**68**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	79.639	99.088
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais		
Impostos diferidos	(2.241)	(1.796)
Reserva de Avaliação Reflexa de Controlada	1.041	(1.909)
Resultado de equivalência patrimonial	(79.649)	-
	(1.210)	**95.383**
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Impostos a recuperar	(3)	(12)
Partes relacionadas	(2.370)	(8.741)
	(2.373)	**(8.753)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**(3.583)**	**86.630**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Amortização de investimentos	103.570	(71.574)
Caixa líquido das atividades de invest.	**103.570**	**(71.574)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de Dividendos	(100.000)	(15.000)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(100.000)**	**(15.000)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(13)**	**56**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	470	414
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	457	470
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(13)**	**56**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31/12/2023	**92.223**	**84**	**9.059**	**171.386**	-	**272.752**
Distribuição de Lucros	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	**(1.909)**	-	-	-	(1.909)
Resultado de exercício	-	-	-	-	99.088	99.088
Transferência para reserva de lucros	-	-	**4.954**	94.134	(99.088)	-
Saldos em 31/12/2024	**92.223**	**(1.825)**	**14.013**	**250.520**	-	**354.931**
Distribuição de Lucros	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	**1.041**	-	-	-	1.041
Resultado de exercício	-	-	-	-	79.639	79.639
Transferência para reserva de lucros	-	-	**3.982**	75.657	(79.639)	-
Saldos em 31/12/2025	**92.223**	**(784)**	**17.995**	**226.177**	-	**335.611**

As Demonstrações financeiras completas , acompanhadas das Notas Explicativas e **Relatórios dos Auditores Independentes**, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da empresa.

Diretoria

Sergiro Ribeiro de Mendonça Neto - Presidente **Magda Cichini de Mendonça** - Vice Presidente

Leonildo Calcini - TC CRC-SP 161430/O-4

Fronteira S/A

CNPJ/MF nº 00.819.935/0001-02

Demonstrações Financeiras em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

ATIVO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	**2.700**	**2.234**
Caixa e equivalentes de caixa	11	15
Contas a receber de clientes	99	129
Impostos a recuperar	274	274
Créditos com relacionadas	1.816	1.816
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**3.082.010**	**2.655.692**
Depósitos Judiciais	136	136
Investimentos	3.081.048	2.654.723
Imobilizado	826	835
TOTAL DO ATIVO	**3.084.210**	**2.657.926**
PASSIVO	**2025**	**2024**
PASSIVO CIRCULANTE	**244**	**227**
Outros débitos a pagar	160	160
Débitos com relacionadas	84	67
Não Circulante		
Adiantamento futuro aumento capital	224.692	-
Total do passivo não circulante	**224.692**	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.859.274**	**2.657.699**
Capital social	964.118	922.629
Reservas de reavaliação reflexa	2.188	2.188
Ajuste de avaliação patrimonial reflexa	2.346	2.561
Reservas de lucros	1.734.553	1.574.271
Outros resultados abrangentes	156.069	156.069
TOTAL DO PASSIVO	**3.084.210**	**2.657.926**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	160.282	123.982
Equivalência patrimonial sobre coligadas	(160.340)	(124.123)
Resultado abrangente do exercício	**(58)**	**(141)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos Exercícios

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	160.282	123.982
Depreciações e amortizações	7	7
Distribuição de dividendos	-	(66.447)
Reservas de avaliação reflexa de controlada	(205)	(222)
	160.084	**57.319**
Aumento (redução) dos ativos operacionais		
Contas a receber	30	110
Outros ativos	-	17
Créditos com relacionadas	-	3.305
	30	**3.432**
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Dividendos a pagar	-	(5.121)
Débitos com relacionadas	17	7
	17	**(5.121)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**160.131**	**55.630**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
investimentos	(426.325)	(492.201)
Caixa líquido das ativ. de investimento	**(426.325)**	**(492.201)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	41.498	571.085
AFAC	224.692	(134.517)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**266.190**	**436.573**
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(4)**	**2**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	15	13
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	11	15
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(4)**	**2**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Reavaliação Reflexa	Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	Outros Resultados abrangentes	Reservas de Lucros	Total
Em 31/12/2023	**351.535**	**2.188**	**2.773**	**156.069**	**1.516.736**	**2.029.301**
Aumento de capital	571.085	-	-	-	-	571.085
Resultado de Exercício	-	-	-	-	123.982	123.982
Reversão avaliação patrimonial reflexa	-	-	(222)	-	-	(222)
Lucros distribuídos	-	-	-	-	(66.447)	(66.447)
Em 31/12/2024	**922.620**	**2.188**	**2.551**	**156.069**	**1.574.271**	**2.657.699**
Aumento de capital	41.498	-	-	-	-	41.498
Resultado de Exercício	-	-	-	-	160.282	160.282
Reversão avaliação patrimonial reflexa	-	-	(205)	-	-	(205)
Em 31/12/2025	**964.118**	**2.188**	**2.346**	**156.069**	**1.734.553**	**2.859.274**

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e **Relatório dos Auditores Independentes**, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da empresa.

Diretoria

Sergiro Ribeiro de Mendonça Neto - Presidente **Magda Cichini de Mendonça** - Vice Presidente

Nelson Monteiro Braga - TC 15P-CRC-110320/O-0

Cyrela Castilha Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 17.159.245/0001-31 - NIRE 35227296396

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 08.08.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das Sócias. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 22.318.702,00 **para** R$ 4.318.702,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Cyrela Esmeralda Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 13.003.580/0001-12 - NIRE 35224853162

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 28.07.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das Sócias. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 18.663.687,00 **para** R$ 8.133.687,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

CBR 060 Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 31.178.834/0001-15 - NIRE 35235320195

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 28.07.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das Sócias. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 18.663.687,00 **para** R$ 4.713.908,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

Arena Tower SPE Empreendimentos Imobiliários Ltda.

NIRE: 35.236.548.908 - CNPJ: 46.058.130/0001-08

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 03.08.2026, às 11h, na sede social, Avenida Sumaré, nº 1421, Pavimento Superior, Sala 14, São Paulo/SP. **Presenças**: Totalidade do capital social. **Mesa: Marcos Zanin Mauro** - Presidente e **Marcio Zanin Mauro** - Secretário. **Ordem do Dia: 1)** Em consonância com o art. 1.082, inciso IV, do código civil, da redução do capital social de R$ 89.173.960,00 para R$ 83.173.960,00, totalizando uma redução de R$ 6.000.000,00. O valor será devolvido aos sócios conforme disponibilidade financeira da Sociedade, como diminuição do capital social, cabendo a cada sócio o seguinte valor: **a) Holding Paulo Mauro Ltda**, R$ 5.400.000,00; **b) Holding Paulo Mauro Ltda**, R$ 600.000,00; 2. A cláusula 5ª do contrato social passa ter a seguinte redação: **Cláusula 5ª** - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de **R$ 83.173.960,00**, dividido em 83.173.960 quotas com valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os sócios: *Sócios (a) - Nº Quotas*: Construtora Paulo Mauro Ltda, 74.856.564,00 - 90,00%; Holding Paulo Mauro Ltda - 8.317.396,00 - 10,00%; **Total - 83.173.960 - R$ 83.173.960,00 - 100,00%. Encerramento:** Nada mais. **Holding Paulo Mauro Ltda.** - Por seus Administradores Marcel Zanin Mauro, Marcio Zanin Mauro e Marcos Zanin Mauro; **Construtora Paulo Mauro Ltda** - Por seus Administradores Marcio Zanin Mauro, Marcel Zanin Mauro e Marcos Zanin Mauro.

INOVA3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE POR AÇÕES

INOVA3 SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. - REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2023

Data, Hora e Local: Realizada em 17/05/2023, às 10 horas, na cidade de São Paulo/SP. **Presença**: Presentes os acionistas fundadores e subscritores representando a totalidade do capital social inicial da Companhia, conforme Lista de presença de acionistas que passa a fazer parte integrante da presente Ata como seu Anexo I, a saber: **(i) Voytena Capital Holding S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 35.822.112/0001-02, neste ato representada por seu representante legal, Fábio Voytena, portador RG nº 6.XXX.XXX-X SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 004.XXX.XXX-XX, e **(ii) Carmel Holding e Participações Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 42.737.236/0001-62, neste ato representada por seus representantes legais, Aluizio Honório Moizinho Junior, portador RG nº 12.XXX.XXX-1, IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 057.XXX.XXX-XX, e Rodrigo Grossi Leopoldino, OAB/RJ, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-XX, ambos com escritório profissional localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação**: Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas fundadores. **Mesa**: Presidente: Fábio Voytena; Secretário: Rodrigo Grossi Leopoldino. **Deliberações**: (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de cessão, com utilização de recursos financeiros próprios ou de terceiros, de qualquer origem capital próprio; (ii) análise de crédito para terceiros; (iii) cobrança de crédito de terceiros; e (iv) emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor. 6.1. Fica decidido que a administração da Companhia caberá a uma Diretoria composta por 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor de Risco e Compliance, todos sem designação Geral e destituíveis a qualquer tempo, para um mandato unificado de 3 (três) anos, encerrando-se em 17/05/2026, permitida a reeleição. Após homologação do Banco Central do Brasil, os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões de Diretoria, neles permanecendo até a eleição e posse de seus substitutos. A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos administradores da Companhia, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação. 6.2. Resolvem os acionistas que a Companhia será representada, ativa ou passivamente, perante quaisquer pessoas, por qualquer dos 2 (dois) dos 3 (três) Diretores da Companhia, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente. As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e serão assinadas em conjunto por 2 (dois) dos 3 (três) Diretores da Companhia, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procurações outorgadas pela Companhia terão um período máximo de validade definido e, na ausência de determinação de período de validade, presumir-se- á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. 6.3. A Companhia, seus acionistas e administradores declinam que os conflitos advindos do Estatuto Social serão resolvidos no Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja. 6.4. Informo o Presidente que também foi traziido à mesa o Boletim de Subscrição das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, passando a fazer parte integrante da presente Ata como seu Anexo II, o qual foi assinado pelos Acionistas fundadores que subscreveram as 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas ao valor unitário de R$ 1,00 (um real), totalmente integralizadas, nos termos do Anexo II, perfazendo um capital social da Companhia no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). 6.4.1. Conforme consta do Boletim de Subscrição, as ações emitidas pela Companhia foram totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas fundadores mediante a conferência de títulos públicos federais (LFT), devidamente avaliados a valor de mercado, conforme Anexo III, como se segue: (i) a acionista Voytena Holding, acima qualificada, subscreveu, neste ato, 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 90,00% (noventa por cento) do total de ações emitidas pela Companhia, com preço total de emissão no valor de R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), totalmente integralizadas em títulos públicos federais (LFT), nos termos do Anexo II; e (ii) a acionista Carmel Holding, acima qualificada, subscreveu, neste ato, 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 40,00% (quarenta por cento) do total de ações emitidas pela Companhia, com preço total de emissão no valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), totalmente integralizadas em títulos públicos federais (LFT), nos termos do Anexo II. 6.4.2. Os acionistas decidem que a totalidade do valor recebido pela Companhia como pagamento do preço de emissão das ações será destinada à formação de capital social, o qual será, portanto, no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) dividido em 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. 6.4.3. Os comprovantes de integralização das ações emitidas pela Companhia e a referência de títulos públicos federais correspondentes a 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, totalizando R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), encontram-se anexo a esta Ata como Anexo III. 6.4.4. O capital social inicial da Companhia, na qualidade de sociedade de crédito direto, foi depositado junto ao Banco Central e lá deverá permanecer até a finalização do seu processo de constituição, conforme previsto no artigo 27, § 1º, da Lei nº 4.595, de 31.12.1964, conforme alterada, e regulamentado pela Resolução do CMN nº 2.027, de 24.11.1993, conforme alterado. 6.5. Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do artigo 80 da Lei das S.A., o Presidente declarou constituída a Companhia de plenos direitos. E, em seguida, a eleição dos membros da Diretoria, tendo sido eleitos para o período de 3 (três) anos: **Fábio Voytena**, portador RG nº 6.XXX.XXX-X SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 004.XXX.XXX-XX, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) **Aluizio Honório Moizinho Junior**, portador RG nº 12.XXX.XXX-X, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 057.XXX.XXX-XX, para o cargo de Diretor Executivo de Risco e Compliance da Companhia; e (iii) **Rodrigo Grossi Leopoldino**, portador do cartaxo de identidade nº 183.653, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF sob o nº 050.878.524-32, com escritório profissional localizado na cidade de São Paulo/SP, para o cargo de Diretor de Risco e Compliance da Companhia. **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Presidente: Fábio Voytena; Secretário: Rodrigo Grossi Leopoldino. Acionistas presentes: Voytena Capital Holding S.A. (neste ato representada por Fábio Voytena) e Carmel Holding e Participações Ltda. (neste ato representada por Aluizio Honório Moizinho Junior e Rodrigo Grossi Leopoldino). São Paulo, 17/05/2023. Mesa:**Fábio Voytena**; **Rodrigo Grossi Leopoldino** - Secretário. Advogado Responsável: **Thais Pestana Giambarella** - OAB/RJ nº 209.115. **JUCESP/NIRE 3530068867-8** em 03/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

JRM Agropecuária S/A

CNPJ/MF nº 35.724.051/0001-40

Demonstrações Financeiras em 31/12/2025 e 2024 (em milhares de reais)

Balanços Patrimoniais

ATIVO	2025	2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	19	29
Créditos com relacionadas	419	71.142
Total do ativo circulante	**438**	**71.172**
Não Circulante		
Investimentos	2.008.815	1.872.828
Total do ativo não circulante	**2.008.815**	**1.872.828**
TOTAL DO ATIVO	**2.009.253**	**1.944.000**
PASSIVO	**2025**	**2024**
Não Circulante		
Provisão de perdas em investimentos	68	115
Adiantamento futuro aumento capital	68.024	-
Total do passivo não circulante	**68.092**	**115**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.613.218	1.582.297
Reservas de lucros	280.326	313.971
Outros resultados abrangentes	47.617	47.617
Total do patrimônio líquido	**1.941.161**	**1.943.885**
TOTAL DO PASSIVO	**2.009.253**	**1.944.000**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(10)	(8)
Resultado da equivalência patrimonial	37.089	94.400
Despesas Financeiras	(1)	(1)
Resultado antes do IR e CS	**37.078**	**94.391**
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Lucro líquido do exercício	**37.078**	**94.391**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	37.078	94.391
Equivalência patrimonial sobre coligadas/outros result. abrangentes	(37.089)	(94.400)
Resultado abrangente do exercício	**(11)**	**(9)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	37.078	94.391
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais		
Distribuição de lucros	(70.723)	(3.217)
Resultado de equivalência patrimonial	(37.089)	-
	(70.734)	**91.174**
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Outros passivos	-	(3)
Partes relacionadas	70.724	(71.142)
	70.724	**(71.146)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**(10)**	**20.028**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	(98.945)	(401.443)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(98.945)**	**(401.443)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	68.024	(47.477)
Aumento de capital	30.921	428.913
Caixa líquido das atividades de financiamento	**98.945**	**381.436**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(10)**	**21**
Caixa e equiv. de caixa no início do período	29	8
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	19	29
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa	**(10)**	**21**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Outros Resultados Abrangentes	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucro do exercício	Total
Em 31/12/2023	**1.153.384**	**47.617**	**13.627**	**299.170**	-	**1.423.798**
Aumento de Capital	428.913	-	-	-	-	428.913
Resultado do exercício	-	-	-	-	94.391	94.391
Transferência para reserva de lucros	-	-	4.720	89.671	(94.391)	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(3.217)	-	(3.217)
Em 31/12/2024	**1.582.297**	**47.617**	**18.347**	**295.624**	-	**1.943.885**
Aumento de Capital	30.921	-	-	-	-	30.921
Resultado do exercício	-	-	-	-	37.078	37.078
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.854	35.224	(37.078)	-
Distribuição de Lucros	-	-	-	(70.723)	-	(70.723)
Em 31/12/2025	**1.613.218**	**47.617**	**20.201**	**260.125**	-	**1.941.161**

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e **Relatório dos Auditores Independentes**, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da empresa.

Diretoria

Sergiro Ribeiro de Mendonça Neto - Presid

VERDE ASSET MANAGEMENT S.A. - CNPJ/MF nº 19.749.539/0001-76

VERDE

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Verde Asset Management S.A. ("Companhia") adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com viés fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset Management S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas internamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2025, a Verde Asset Management S.A. possuía R$ 9,02 bilhões (2024 – R$ 11,15 bilhões) de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** **•Receitas Operacionais:** Em 2025 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset Management S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Gestão, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada Fundo e dedutida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de gestão corresponderu a R$ 168.165 mil (2024 – R$ 247.012 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (com por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente, das marcações do Fundo, pago semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício corresponderu a R$ 3.574 mil (2024 – R$ 3.105 mil). **•Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2025 totalizaram R$ 5.877 mil (2024 – R$ 7.042 mil), tendo sido representadas por operações em CDB-DI com remuneração de até 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM Ltda., sem vencimento e com liquidez e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. **•Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 93.206 mil (2024 – R$ 119.280 mil), sendo R$ 14.131 mil (2024 – R$ 13.224 mil) referentes a despesas administrativas, R$ 76.889 mil (2024 – R$ 103.947 mil) de despesas com pessoal, R$ 1.387 mil (2024 – R$ 1.420 mil) de despesas de depreciação e amortização e R$ 799 mil (2024 – R$ 789 mil) de despesas tributárias. **•Impostos:** Imposto de renda e contribuição social totalizaram R$ 23.818 mil (2024 – R$ 39.167 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **•Resultado do Exercício:** Apresentou um lucro líquido de R$ 38.773 mil (2024 – R$68.571 mil). Por fim e em atendimento ao Art. 133 da Lei das S.A. (Lei 6.404 de 1976), conforme alterações promovida pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia adota práticas de gestão pautadas pelo respeito, pela ética e pela igualdade de oportunidades, promovendo um ambiente de trabalho profissional, inclusivo e alinhado aos seus valores corporativos. **•** Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia:

Cargo	2024 Feminino	2024 Proporção	2025 Feminino	2025 Proporção	Var. p.p.
Secretária	1	**100%**	1	**100%**	**0 p.p**
Assistente	6	**55%**	8	**57%**	**3 p.p**
Analista	6	**27%**	5	**26%**	**(1 p.p)**
Gerente	3	**23%**	3	**30%**	**7 p.p**
Diretor	1	**33%**	1	**33%**	**0 p.p**
Total	**18**	**35%**	**19**	**40%**	**4 p.p**

• Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia:

	2024 Feminino	2024 Proporção	2025 Feminino	2025 Proporção
Mulheres na Administração	1	**33%**	1	**33%**

• Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:

Proporção Salários Mulher x Homem	2024 Remuneração Fixa	2024 Total Compensation	2025 Remuneração Fixa	2025 Total Compensation
Secretária*	-	-	-	-
Assistente	120%	57%	108%	81%
Analista	87%	74%	91%	63%
Gerente	92%	48%	64%	84%
Diretor	100%	69%	100%	84%

** valores zerados pois na Companhia não há homens neste cargo para realizar o comparativo.*

Auditoria independente: Os balanços de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram prestados à Verde Asset Management S.A. outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**53.387**	**84.437**
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	42.224	75.829
Contas a receber	**4**	5.403	7.521
Outros créditos	**17**	4.870	167
Despesas antecipadas		890	920
Não circulante		**65.203**	**57.700**
Depósitos judiciais	**8**	45.346	37.962
Outros créditos	**17**	906	-
Arrendamentos	**5**	15.840	16.249
Imobilizado	**6**	2.110	3.473
Intangível	**6**	1	16
Total do ativo		**118.590**	**142.137**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		**50.324**	**84.317**
Contas a pagar		333	533
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**7.1**	37.403	48.652
Obrigações fiscais	**7.2**	6.675	14.035
Dividendos a pagar	**9.3**	4.542	18.195
Arrendamentos	**5**	1.371	2.901
Não circulante		**64.893**	**54.447**
Provisão para contingências	**8**	47.989	40.000
Arrendamentos	**5**	16.904	14.367
Patrimônio líquido		**3.373**	**3.373**
Capital social	**9.1**	2.811	2.811
Reserva legal	**9.2**	562	562
Total do passivo e do patrimônio líquido		**118.590**	**142.137**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Receitas com prestação de serviços	**10**	171.739	250.117
(Impostos e contribuições sobre serviços prestados	**11**	(19.321)	(28.138)
Receita operacional líquida		**152.418**	**221.979**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	**12**	(14.131)	(13.224)
Despesas com pessoal	**13**	(76.889)	(103.847)
Despesas com depreciação e amortização	**6**	(1.387)	(1.420)
Despesas tributárias		(799)	(789)
Outras receitas/ (despesas) operacionais		67	56
Resultado operacional		**59.279**	**102.755**
Receitas (despesas) financeiras	**14**	3.312	4.983
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**62.591**	**107.738**
Imposto de renda e contribuição social	**15**	(23.818)	(39.167)
Lucro líquido do exercício		**38.773**	**68.571**
Ações do capital social no final do exercício		2.811.000	2.811.000
Lucro por ação do capital social no final do exercício		13,79	24,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	38.773	68.571
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	**38.773**	**68.571**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares reais

	Capital Social	Reserva legal	Lucro líquido do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**2.811**	**562**	**-**	**3.373**
Lucro líquido do exercício	-	-	68.571	68.571
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(50.376)	(50.376)
Dividendos a pagar			(18.195)	(18.195)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.811**	**562**	**-**	**3.373**
Lucro líquido do exercício			38.773	38.773
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(34.231)	(34.231)
Dividendos a pagar			(4.542)	(4.542)
Em 31 de dezembro de 2025	**2.811**	**562**	**-**	**3.373**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

...continuação
Imobilizado

	2024	Adições/ Exclusões	2025
Valor contábil líquido			
Equipamentos - Hardware	1.844	5	1.849
Equipamentos - Hardware - Depreciação acumulada	(1.235)	(215)	(1.450)
Valor contábil líquido	**609**	**(210)**	**399**
Imobilizado total	8.534	9	8.543
Depreciação acumulada total	(5.061)	(1.372)	(6.433)
Valor contábil líquido do imobilizado em 31 de dezembro	**3.473**	**(1.363)**	**2.110**

Intangível

	2024	Adições/ Exclusões	2025
Software	840	-	840
Software - Amortização acumulada	(824)	(15)	(839)
Valor contábil líquido	**16**	**(15)**	**1**

7. Outras obrigações - 7.1. Obrigações trabalhistas e previdenciárias: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
Provisão de férias e encargos	2.061	2.284
Provisão de bônus e encargos (a)	32.852	43.352
Provisão PLR funcionários (b)	1.575	1.775
Encargos sobre folha	915	1.241
Total	**37.403**	**48.652**

(a) A Companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade permitir que os Colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus em remuneração por seu desempenho profissional e pelo desempenho coletivo em função dos resultados da Companhia apurados em cada exercício social e sujeito aos limites dispostos nesse Programa, de modo a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores aos da Companhia e seus acionistas; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores. (b) Foi instituído em 2021 um programa de PLR, calculado com base nos resultados da Companhia apurados em cada semestre e de acordo com o Programa. 2,25% do lucro operacional das Empresas será destinado aos funcionários. **7.2. Obrigações fiscais -** A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
IRPJ e CSLL	4.974	11.936
PIS e COFINS	1.385	1.718
ISS a recolher	295	367
Outros impostos	21	15
Total	**6.675**	**14.035**

8. Provisão para contingências: Provisões para demandas prováveis: Em 18 de outubro de 2019, a Verde Asset Management S.A., impetrou o Mandado de Segurança nº: 5019677-75.2019.4.03.6100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, para pleitear o não recolhimento das contribuições correspondentes à terceiros, calculadas sob a folha de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos realizados nos últimos 5 anos. Em fundação do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 47.989 (R$ 40.080 em 31 de dezembro de 2024), com depósitos judiciais realizados até a mesma data, no montante de R$ 46.346 (R$ 37.962 em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
Saldo em inicial	**40.080**	**34.081**
Constituição de provisão	2.955	3.390
Atualização	4.954	2.609
Saldo em final	**47.989**	**40.080**
Total depositado	46.346	37.962

Provisões para demandas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025 as provisões trabalhistas classificadas como perdas possíveis totalizavam R$ 23. Não haviam contingências possíveis em 31 de dezembro de 2024.

9. Patrimônio líquido - 9.1. Capital Social: O capital social da Companhia totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 2.811, composto por 2.811.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **9.2. Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social, sendo que o saldo restante será, posteriormente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva legal é de R$ 562 (R$ 562 em 31 de dezembro de 2024), saldo este não há alteração, visto que corresponde a 20% do capital social da Companhia. **9.3. Dividendos:** Em 30 julho de 2025, em reunião da diretoria, foi aprovado o pago os dividendos relativos ao resultado do primeiro semestre de 2025 no montante de R$ 20.178. Em 22 de dezembro de 2025, foi aprovado em AGE, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 14.053, que haviam sido declarados pela Companhia em 30 de novembro de 2025. Em dezembro de 2025, conforme balanço patrimonial levantado com data-base de 30 de novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos no valor de R$ 4.542 com base no lucro líquido apurado no mês-base de dezembro de 2025, conforme balanço patrimonial levantado com mesma data-base. O pagamento ocorreu em 26 de março de 2026. O saldo remanescente de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 4.542 (R$ 18.195 em 31 de dezembro de 2024). **9.4. Destinação do resultado:** Nos exercícios de 2025 e 2024, os resultados foram destinados como segue:

	2025	2024
Base de cálculo para destinação dos resultados	38.773	68.571
Dividendos pagos (i) e (ii)	(34.231)	(50.376)
Dividendos distribuídos e não pagos	(4.542)	(18.195)

(i) Dividendos pagos no valor de R$ 34.231 em 2025 referente ao ano de 2025 difere do valor do fluxo de caixa (R$ 52.426) devido ao montante pago R$ 18.195 de dividendos no primeiro semestre de 2025 referente a segunda parcela do exercício de 2024. (ii) Dividendos pagos no valor de R$ 50.376 em 2024 referente ao ano de 2024 difere do valor do fluxo de caixa (R$ 63.106) devido ao montante pago R$ 12.730 de dividendos pagos em 29 de janeiro de 2024 referente a segunda parcela do exercício de 2023.

10. Receitas com prestação de serviços: A receita com serviço de gestão e performance para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi no montante de R$ 171.739 (R$ 250.117 em 2024), reconhecida no regime de competência.

	2025	2024
Gestão	168.165	247.012
Performance	3.574	3.105
Total	**171.739**	**250.117**

Demonstração do fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		62.591	107.738
Ajustes			
Despesas com depreciação e amortização	**5**	1.387	1.420
Provisão para contingências	**8**	7.909	5.999
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social ajustado		**71.887**	**115.157**
Variação de ativos e passivos			
Redução em contas a receber		2.118	674
(Aumento) outros créditos		(5.609)	(140)
Redução em despesas antecipadas		30	356
(Aumento) em depósitos judiciais		(8.384)	(7.754)
Redução (Aumento) em ativos de direito de uso		409	(7.572)
Aumento em contas a pagar		80	7.068
(Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias		(11.249)	(39.716)
(Redução) em obrigações fiscais		(1.654)	(2.564)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.525)	(48.192)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		**18.830**	**17.317**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(Aquisição)/baixas de imobilizado/intangível		(9)	(137)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		**(9)**	**(137)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos no exercício		(52.426)	(63.106)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		**(52.426)**	**(63.106)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(33.605)**	**(45.926)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		75.829	121.755
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		42.224	75.829
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(33.605)**	**(45.926)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

11. Impostos e contribuições sobre serviços prestados: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as deduções das receitas com prestação de serviços são compostas pelos seguintes saldos:

	2025	2024
ISS – Alíquota 2%	(3.435)	(5.002)
PIS – Alíquota 1,65%	(2.834)	(4.127)
COFINS – Alíquota 7,60%	(13.052)	(19.009)
Total	**(19.321)**	**(28.138)**

12. Despesas administrativas: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
Locação e instalações	(2.205)	(1.712)
Telecomunicações	(176)	(240)
Manutenção e conservação	(407)	(393)
Doações	(850)	(2.299)
Materiais	(133)	(147)
Processamento de dados	(3.662)	(3.939)
Serviços de terceiros	(502)	(563)
Serviços especializados	(3.799)	(2.832)
Transporte	(10)	(5)
Viagens	(345)	(540)
Eventos institucionais	(940)	(793)
Outras despesas / recuperação de despesas	(522)	341
Publicações	(8)	(9)
Outras despesas	(36)	(89)
Perda em processos trabalhistas	(536)	-
Total	**(14.131)**	**(13.224)**

13. Despesas com pessoal: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
Bônus e encargos	(51.223)	(55.554)
Benefícios	(3.593)	(4.389)
Proventos	(16.055)	(27.487)
Encargos	(6.018)	(16.417)
	(76.889)	**(103.847)**

14. Receitas (despesas) financeiras: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras (Nota 3)	5.877	7.042
Receitas financeiras	5.043	2.652
Despesas financeiras (a)	(7.608)	(4.711)
Total	**3.312**	**4.983**

(a) Em 31 de dezembro de 2025, o resultado com despesas financeiras com preende os valores de tarifa bancária, juros, multas, descontos concedidos e atualização monetária.

15. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social devidos sobre os lucros tributáveis foram apurados conforme segue:

	2025 Imposto de renda	2025 Contribuição Social
Resultado antes da tributação	**62.591**	**62.591**
Adições permanentes	7.118	7.118
Adições temporárias	2.856	2.856
Lucro real	**72.565**	**72.565**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**72.565**	**72.565**
Imposto de renda (15%)	10.885	-
Imposto de renda - adicional (10%)	7.233	-
Contribuição social (9%)	-	6.531
Deduções por incentivos fiscais	(831)	-
Total	**17.287**	**6.531**

	2024 Imposto de renda	2024 Contribuição Social
Resultado antes da tributação	**107.738**	**107.738**
Adições permanentes	8.341	8.341
Adições temporárias	3.439	3.439
Resultado Fiscal	**119.518**	**119.518**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**119.518**	**119.518**
Imposto de renda (15%)	17.928	-
Imposto de renda - adicional (10%)	11.928	-
Contribuição social (9%)	-	10.757
Deduções por incentivos fiscais	(11.446)	-
Total	**18.410**	**10.757**

16. Partes relacionadas: A Companhia é controlada pela Verde Empreendimentos e Participações S.A, que detêm 100% das ações ordinárias do capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de dividendos a pagar no montante de R$ 4.542 (R$ 18.195 em 2024). A Companhia possui contas do Fundo de Investimento "VGC Fi Renda Fixa Referenciado DI", no valor de R$ 39.895 (R$ 73.870 em 2024), sem vencimento e com liquidez, administrado pela Intrag DTVM Ltda. O resultado com essa operação foi de R$ 5.526 (R$ 6.767 em 2024) no exercício. Em dezembro de 2025 a Companhia adquiriu crédito através de contrato de cessão com a Verde Serviços internacionais. O saldo em 31 dezembro de 2025 era de R$ 4.842 e está registrado em outros créditos. Os créditos foram liquidados em janeiro de 2026. **a) Remuneração do pessoal-chave:** A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado pelos diretores da Companhia conforme demonstrado abaixo:

	2025	2024
Total Remuneração	3.500	7.721
Encargos sobre o total da remuneração	1.218	1.988
Total	**4.718**	**9.709**

17. Outros créditos: A rubrica de outros créditos é representada substancialmente por: (i) R$ 906 referente a depósito caução e (ii) R$ 4.842 de valores com partes relacionadas, conforme mencionado na Nota 16.

18. Fatores de riscos financeiros: Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. A Companhia atenua os riscos de crédito aplicando o seu caixa em instituições financeiras de última qualidade e/ou em títulos do Tesouro Nacional. **Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda/ganho devido às flutuações de preços dos ativos financeiros. A Companhia investe apenas em operações compromissadas indexadas ao CDI com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro, ambos com baixíssimo risco de mercado. Tais operações ocorrem através do investimento no fundo VGC Renda Fixa Referenciado. A receita gerada pelos fundos sob gestão da companhia está sujeita a variações dos preços de mercado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é controlado para que não haja descasamento na liquidação dos direitos e obrigações da Companhia. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que as transações sejam liquidadas de maneira oportuna e segura. A Companhia aplica seus recursos financeiros em operações compromissadas com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro que possuem liquidez elevada no mercado secundário.

19. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes relevantes após o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a emissão dessas demonstrações financeiras.

São Paulo, 06 de agosto de 2026

Synthesis ACCOUNTING & TAX — Contador - José Luiz Gonzaga - CRC nº 1SP132371/O-5

Balanço patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Asset Management S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 – 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. Em 6 de outubro de 2025 ("signing") a Verde Empreendimentos e Participações, controlador da Companhia, vendeu foi vendido para a empresa Vinci Soluções de Investimentos Ltda. ("Vinci Soluções"), conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. No dia 1º de dezembro de 2025 ("closing") houve a aprovação da venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A Vinci Soluções adquiriu 50,1% de participação pelo montante estimado de R$ 46,8 milhões em dinheiro e 3,1 milhões de ações classe A ("ações") da Vinci Compas Investments Ltd. ("Vinci Compas"), destinados aos sócios do grupo. A primeira parcela foi paga no montante de R$ 32,4 milhões em dinheiro e 2,2 milhões de ações, no closing, a segunda parcela será de R$ 14,4 milhões em dinheiro e 0,9 milhões em ações, no segundo aniversário da data do closing, condicionada a metas de receita e outras condições. Após cinco anos do closing, a Vinci Soluções, conforme cláusulas contratuais, irá adquirir as 49,9% restantes das ações do grupo, sob estrutura de earnout, conforme cláusula (2.6) estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. A Companhia tem por objeto social: **i.** O exercício da administração de carteiras e valores mobiliários próprios e/ou terceiros, especificamente fundos de hedge, fundos de investimentos em participações e fundos de renda fixa ofertada a investidores institucionais, em qualquer caso, no Brasil; e **ii.** A participação no capital e nos lucros de outras empresas nacionais ou estrangeiras na condição de acionista, sócia ou quotista, titular de debêntures ou partes beneficiárias, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2026.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Tais estimativas são revisadas no mínimo anualmente, sendo as principais, provisões para contingências judiciais fiscais e trabalhistas, vida útil e depreciação do imobilizado e recuperabilidade de ativos *(impairment)* **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.3. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos de títulos e valores mobiliários junto as Instituições Financeiras (Nota 3) e (ii) mensurados ao custo amortizado que compreendem o "contas a receber de clientes" (Nota 4). A classificação está alinhada ao modelo de negócios da Companhia para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2025 e 2024 possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados apenas em nível 1. A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados pelo custo amortizado. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo e contabilizados subsequentemente, pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão e performance dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados do ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,99% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.6. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A depreciação dos itens do imobilizado estão sendo calculadas nas seguintes taxas anuais: a) Instalações 10%; b) Mobiliários 10%; c) Aparelhos de refrigeração 10%; d) Máquinas e equipamentos 10%; e) Benfeitorias em imóveis de terceiros 20% (Conforme contrato de locação). **2.7. Intangível:** As licenças de *software* adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A vida útil dos ativos intangíveis da Companhia é estimada em 5 anos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, adicionando 10% de Impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. **2.9. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. **2.10. Reconhecimento de receitas:** Receitas de contratos com clientes – CPC 47 (IFRS 15): Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconheça receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos forem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de gestão:** As taxas de gestão são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de re

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

VERDE SERVIÇOS INTERNACIONAIS S.A.

CNPJ/MF nº 19.749.561/0001-16

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia") adota uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com vistas fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Serviços Internacionais S.A. possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2025, a Verde Serviços Internacionais S.A. possuía R$ 6,44 bilhões (2024 - R$ 7,51 bilhões) de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2025 as receitas operacionais auferidas pela Verde Serviços Internacionais S.A. passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Gestão, calculada sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo e deduzida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de gestão correspondeu a R$ 32.147 mil (2024 - R$ 29.672 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no Fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada Fundo que exceder 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de gestão. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo Fundo, pago semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Não eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício correspondeu a R$ 97 mil (2024 - R$ 601 mil). **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2025 totalizaram R$ 1.528 mil (2024 - R$ 950 mil) estão representadas substancialmente por cotas do Fundo VGC Verde Renda Fixa Referenciado DI administrado pela Intrag DTVM Ltda. e gerido pela empresa do grupo, a Verde Asset Management S.A., sem vencimento, com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais totalizaram R$ 5.785 mil (2024 - R$ 6.001 mil), sendo R$ 2.120 mil (2024 - R$ 2.439 mil) referente a despesas administrativas, R$ 2.405 mil (2024 - R$ 3.205 mil) de despesas com pessoal, R$ 10 mil (2024 - R$ 14 mil) de despesas de depreciação e amortização e R$ 1.250 mil (2024 - R$ 343

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**6.361**	**19.221**
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.703	15.384
Contas a receber	4	2.591	3.304
Outros créditos		49	24
Despesas antecipadas		18	509
Não circulante		**2.232**	**26.872**
Depósitos judiciais	8	1.203	25.808
Arrendamentos	5	1.011	1.037
Imobilizado	6	18	27
Total do ativo		**8.593**	**46.093**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		**3.727**	**16.650**
Contas a pagar		17	20
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7.1	1.286	1.431
Obrigações fiscais	7.2	830	5.152
Dividendos a pagar	9.3	1.515	9.998
Passivo de arrendamento	5	79	49
Não circulante		**2.345**	**26.922**
Provisão para contingências	8	1.257	25.869
Arrendamentos	5	1.088	1.053
Patrimônio líquido		**2.521**	**2.521**
Capital social	9.1	2.101	2.101
Reserva legal	9.2	420	420
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.593**	**46.093**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 - 11º andar, constituída em 13 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. Em 6 de outubro de 2025 ("signing") a Verde Empreendimentos e Participações, controladora do grupo Verde foi vendido para a empresa Vinci Soluções de Investimentos Ltda. ("Vinci Soluções"), conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. No dia 1º de dezembro de 2025 ("closing") houve a aprovação da venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A Vinci Soluções adquiriu 50,1% de participação pelo montante estimado de R$ 46,8 milhões em dinheiro e 3,1 milhões de ações classe A ("ações") da Vinci Compass Investments Ltd. ("Vinci Compass"), destinadas aos sócios do grupo. A primeira parcela foi paga no montante de R$ 32,4 milhões em dinheiro e 2,2 milhões em ações, no closing, e a segunda parcela será de R$ 14,4 milhões em dinheiro e 0,9 milhões em ações, no segundo aniversário da data do closing, condicionada a metas de receita e outras condições. Após cinco anos do closing, a Vinci Soluções, conforme cláusulas contratuais, irá adquirir os 49,9% restantes das ações do grupo, sob estrutura de earnout, conforme cláusula (2.6) estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. A Companhia tem por objeto social: **i.** Exercício da atividade de distribuidora de valores mobiliários; **ii.** Gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior; **iii.** Execução de serviços de controle em geral correlatos à administração e gestão de fundos de investimentos e carteiras administradas constituídos no exterior, e **iv.** Prestação de serviços de controle de risco de fundos de investimento e carteiras administradas constituídas no exterior. A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2026.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Tais estimativas são revisadas no mínimo anualmente, sendo as principais: provisões para contingências judiciais fiscais e trabalhistas, vida útil, depreciação do imobilizado e recuperabilidade de ativos *(impairment)*. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.3. Instrumentos financeiros:** O CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.3.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, que se referem aos saldos de títulos e valores mobiliários junto as Instituições Financeiras (Nota 3) e mensurados ao custo amortizado que compreende o "contas a receber de clientes" (Nota 4). A classificação está alinhada ao modelo de negócios da Companhia para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2025 e 2024 possui instrumentos financeiros classificados apenas em nível 1. A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados pelo custo amortizado. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.3.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo e contabilizados subsequentemente, pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão e performance dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.5. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua área administrativa. O contrato de aluguel foi realizado para o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo está a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o *spread* de crédito, de 11,99% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.6. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A depreciação dos itens do imobilizado estão sendo calculadas nas seguintes taxas anuais: a) Instalações 10%; b) Mobiliários 10%; c) Aparelhos de refrigeração 10%; d) Máquinas e equipamentos 10%; e) Benfeitorias em imóveis de terceiros 20% (Conforme contrato de locação). **2.7. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos fiscais diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente foi apurada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, adicionando 10% de impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. **2.8. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.9. Reconhecimento de receita:** Receitas de contratos com clientes - CPC 47 (IFRS 15): Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconhecerá receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita comprevende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir. **(a) Taxas de gestão:** As taxas de gestão são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando, o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassa certos referenciais de retorno (*benchmark*) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são semestrais, encerrando-se, substancialmente em junho e dezembro de cada exercício. **2.10. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras, com base no Estatuto Social, quando deliberadas e não pagos. **2.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por procedimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam ativos contingentes. • Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e • Obrigações legais - Provisões para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou outros fins. **2.12. Mensuração do valor justo:** A disponibilidade de perda. **(a) Obrigações legais:** São derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente. **2.12. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	4	9
Aplicações financeiras (*)	3.699	15.375
Total	**3.703**	**15.384**
(*) Aplicações financeiras	**2025**	**2024**
Fundo VGC Renda Fixa Referenciado DI	3.698	15.345
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1	30
Total	**3.699**	**15.375**

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por cotas do Fundo VGC Verde Renda Fixa Referenciado DI administrado pela Intrag DTVM Ltda. e gerido pela empresa do grupo, a Verde Asset Management S.A., sem vencimento, com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. O resultado das aplicações financeiras de renda fixa, em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.528 (R$ 950 em 31 de dezembro 2024) e estão registrados em "Receitas financeiras" (Nota 13).

4. Contas a receber: A Verde Serviços Internacionais S.A., realiza a gestão da carteira de fundos internacionais cujo cálculo da cota está sob a responsabilidade do Banco Itaú S.A. O patrimônio líquido dos Fundos geridos no exterior, em 31 de dezembro de 2025, totaliza R$ 6,44 bilhões (R$ 7,51 bilhões em 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o montante a receber de R$ 2.591 (R$ 3.304 em 2024) referia-se a taxa de gestão e performance que foram recebidas em janeiro de 2026.

5. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	2025	2024
Ativos de direito de uso		
Aluguel - CPC 06 (a)	1.315	1.211
Depreciação Acumulada	(304)	(174)
Total	**1.011**	**1.037**
	2025	**2024**
Passivo de arrendamentos		
Aluguel - CPC 06	1.837	1.827
(-) Juros sobre contrato de locação	(670)	(725)
Total	**1.167**	**1.102**

(a) O contrato de aluguel foi assinado entre a Verde Asset Management S.A. e a Verde Serviços Internacionais S.A. e FL Square Fundo de Investimento Imobiliário, dono do imóvel alugado pela, localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600 - 11º andar. O contrato foi firmado em 01 de abril de 2021, com prazo de cinco anos, com aditivos assinado em 01 de abril de 2024, com prazo de mais de dez anos, e reajustado anualmente pelo IGPM. As movimentações de saldos dos ativos de direito de uso são evidenciadas abaixo:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**1.037**	**554**
Adições por novo contratos	-	1.111
Ajustes por remensuração	104	(529)
Despesa de depreciação	(130)	(109)
Saldo em 31 de dezembro	**1.011**	**1.037**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**1.102**	**649**
Juros provenientes	206	124
Adição por novos contratos	-	1.121
Pagamentos	(245)	(163)
Ajuste de remensuração	104	(629)
Saldo em 31 de dezembro	**1.167**	**1.102**

6. Imobilizado: A composição do saldo está abaixo apresentada:

Imobilizado	2024	Adições/ Exclusões	2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2	1	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Depreciação Acumulada	(1)	(1)	(2)
Valor contábil líquido	**1**	**-**	**1**
Mobiliário	24	24	24
Mobiliário - Depreciação Acumulada	(23)	(1)	(24)
Valor contábil líquido	**1**	**(1)**	**-**
Aparelhos de refrigeração	2	-	2
Aparelhos de refrigeração - Depreciação Acumulada	(2)	-	(2)
Valor contábil líquido	**-**	**-**	**-**
Equipamentos de comunicação	43	-	43
Equipamentos de comunicação - Depreciação Acumulada	(42)	(1)	(43)
Valor contábil líquido	**1**	**(1)**	**-**
Equipamentos - Hardware	274	-	274
Equipamentos - Hardware - Depreciação Acumulada	(250)	(7)	(257)
Valor contábil líquido	**24**	**(7)**	**17**
Imobilizado total	345	1	346
Imobilizado total - Depreciação Acumulada	(318)	(10)	(328)
Valor contábil líquido do imobilizado em 31 de dezembro	**27**	**(9)**	**18**

Pedro Fukui - Diretor Financeiro

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Receitas com prestação de serviços	10	32.244	30.273
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados		(645)	(605)
Receita operacional líquida		**31.599**	**29.668**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	11	(2.120)	(2.439)
Despesas com pessoal	12	(2.405)	(3.205)
Despesas com depreciação	6	(10)	(14)
Despesas tributárias		(1.250)	(343)
Outras receitas / (despesas) operacionais		6	6
Resultado operacional		**25.820**	**23.757**
Receitas (despesas) financeiras	13	5.907	854
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**31.727**	**24.611**
Imposto de renda e contribuição social	14	(5.066)	(8.230)
Lucro líquido do exercício		**26.661**	**16.381**
Ações do capital social no final do exercício		2.101.000	2.101.000
Lucro por ação do capital social no fim do exercício		12.69	7,80

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	26.661	16.381
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-
Resultado abrangente do exercício	**26.661**	**16.381**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva legal	Lucro líquido do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**2.101**	**420**	**-**	**2.521**
Lucro líquido do exercício			16.381	16.381
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(6.383)	(6.383)
Dividendos a pagar	-	-	(9.998)	(9.998)
Em 31 de dezembro de 2024	**2.101**	**420**	**-**	**2.521**
Lucro líquido do exercício	-	-	26.661	26.661
Destinação do lucro líquido do exercício:				
Dividendos pagos	-	-	(25.146)	(25.146)
Dividendos a pagar	-	-	(1.515)	(1.515)
Em 31 de dezembro de 2025	**2.101**	**420**	**-**	**2.521**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

7. Outras Obrigações: 7.1. Obrigações trabalhistas e previdenciárias: A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
Provisão de férias e encargos	109	133
Provisão de bônus e encargos (a)	1.058	1.167
Encargos sobre folha	24	31
Provisão PLR funcionários (b)	95	77
Total	**1.286**	**1.431**

(a) A Companhia possui um programa de bônus, que tem por finalidade permitir que os Colaboradores elegíveis, que cumpram as regras ora estabelecidas, recebam bônus como contraparti da seu desempenho profissional individual e coletivo em função dos resultados da Companhia apurados em cada exercício social e sujeito aos limites dispostos nesse Programa, de modo a: (i) estimular o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos Colaboradores aos da Companhia e seus acionistas; (iii) estimular a permanência dos Colaboradores. (b) Foi instituído em 2021 um programa de PLR, calculado com base nos resultados da Companhia apurados ao final do mestre e de acordo o Programa, 2,25% do lucro operacional das Empresas será destinado aos funcionários. **7.2. Obrigações fiscais:** A composição do saldo está abaixo apresentada:

	2025	2024
IRPJ e CSLL (i)	769	4.973
PIS e COFINS	8	6
ISS	52	63
Outros impostos	1	110
Total	**830**	**5.152**

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social, podem ser recolhidos por estimativa durante o exercício, sendo o recolhimento anual efetuado até janeiro do ano subsequente.

8. Provisão para contingências: Provisões para demandas prováveis: Em 2025, a Companhia opõe pela desistência do processo de não sujeitar ao ISSQN (Imposto sobre serviços de quaisquer natureza) os valores advindos da prestação de serviços de gestão de fundos quando prestados para investidores em fundos estabelecidos no exterior. Desta forma, os valores que constavam em depósito judicial foram revertidos a união, remanescendo apenas depósitos e passivos contingentes relativo ao processo previdenciário abaixo, o saldo da provisão e do depósito judicial em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 24.204. Em 18 de outubro de 2019, a Verde Serviços Internacionais S.A., impetrou o Mandado de Segurança nº: 5019677-75.2019.4.03.6100 ("Mandado de Segurança"), distribuído para a 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, para pleitear o não recolhimento das contribuições correspondentes à terceiros, calculadas sob a folha de pagamento e ressarcimento dos recolhimentos indevidos nos últimos 5 anos. Em função do Mandado de Segurança, a Companhia optou pela constituição de provisão para contingências referentes aos depósitos judiciais que foram e serão efetuados. O passivo contingente em 31 de dezembro de 2025 e de R$ 1.257 (R$ 1.045 em 2024), com depósitos judiciais realizados até a mesma data, no montante de R$ 1.203 (R$ 984 em 2024).

	2025	2024
Saldo inicial	**25.869**	**23.999**
Constituição de provisão	83	140
Atualização	129	1.730
Baixa desistência processo	(24.824)	-
Saldo final	**1.257**	**25.869**
Total depositado	1.203	25.808

Provisões sem demandas possíveis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem processos classificados por perdas possíveis.

9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital Social: O capital social da Companhia totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 2.101, composto por 2.101.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **9.2. Reserva legal:** Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social, sendo que o saldo restante será, semestralmente, destinado na sua totalidade ao pagamento de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo em reserva legal é de R$420 (R$420 em 2024), saldo este não há alteração visto que o montante constituído representa 20% do capital social da Companhia. **9.3. Dividendos:** Em 30 julho de 2025, em reunião do Conselho foi aprovado e pago os dividendos relativos ao resultado do primeiro semestre de 2025 no montante de R$ 9.107. Em 22 de dezembro de 2025, foi aprovado em AGE, a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 16.039, que haviam sido declarados pela Companhia na reunião da Diretoria em 30 de novembro de 2025, conforme demonstrações financeiras intercalares em data base de 30 de novembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, foi aprovado pelos diretores, da distribuição de dividendos no valor de R$ 1.515 com base no lucro líquido apurado no mês de dezembro de 2025, conforme no balanço patrimonial levantado nesta mesma data-base. O pagamento ocorreu em 26 de março de 2026. Em 30 de junho de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 6.193 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 30 de junho de 2024. O pagamento dos dividendos foi realizado em uma única parcela em 31 de julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, foi aprovado pelos diretores, a distribuição de dividendos ao seu único acionista, Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., no valor de R$ 9.998 com base no lucro líquido apurado no balanço levantado em 31 de dezembro de 2024. O saldo remanescente de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 1.515 (R$ 9.998 em 31 de dezembro de 2024). **9.4. Destinação do resultado:** Nos exercícios de 2025 e 2024, os resultados foram destinados como segue:

	2025	2024
Base de cálculo para destinação dos resultados	26.661	16.381
Dividendos pagos (i) e (ii)	(25.146)	(6.383)
Dividendos deliberados e não pagos	(1.515)	(9.998)

(i) Dividendos pagos no valor de R$ 25.146 em 2025 referente ao ano de 2025 difere do valor do fluxo de caixa (R$ 35.144) devido ao montante pago R$ 9.998 de dividendos no primeiro semestre de 2025 referente a segunda parcela do exercício de 2024. (ii) Dividendos pagos no valor de R$ 6.383 em 2024 referente ao ano de 2024 difere do valor do fluxo de caixa (R$ 8.820) devido ao montante pago R$ 2.237 de dividendos pagos em 29 de janeiro de 2024 referente a segunda parcela do exercício de 2023.

Synthesis
ATTESTATIONS & TAX

Contador - José Luiz Gonzaga - CRC nº 1SP132371/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Verde Serviços Internacionais S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Serviços Internacionais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, estamos obrigados a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por f

Verde Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ/M nº 19.796.753/0001-83

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V/Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, assim como o balanço patrimonial consolidado, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Verde Asset Management S.A., a Verde Serviços Internacionais S.A. e a Verde Asset Agro e Imobiliário Ltda. (em conjunto, consolidadas pela Verde Empreendimentos e Participações S.A. e denominadas como "Verde Asset") adotam uma filosofia de investimento que se baseia em estudo e trabalho intenso de pesquisa e em um processo profundo de análises macro e microeconômicas com vistas fundamentalista, contemplando o mercado local e internacional. A Verde Asset possui uma estrutura que permite um fluxo constante de informações entre as diversas áreas de gestão e pesquisa, de maneira que todas as decisões sejam discutidas intensamente por todos e a qualquer momento, garantindo o entendimento geral das oportunidades e qualidade nas decisões. Em 31 de dezembro de 2025, a Verde Asset possuía R$ 15,46 bilhões (2024 – R$ 18,66 bilhões) de ativos sob gestão. ***Destaques do exercício:*** **• Receitas Operacionais:** Em 2025 as receitas operacionais auferidas pela Verde Asset passaram a ser compostas pelas: (a) Taxa de Gestão, calculada sobre o valor do patrimônio líquido de cada fundo, é calculada e deduzida diariamente do patrimônio líquido do Fundo. O total da taxa de gestão correspondeu a R$ 170.312 mil (2024 – R$ 276.684 mil); e (b) Taxa de Performance, sempre que aplicável e disposto no regulamento no fundo, sendo equivalente a um percentual aplicável sobre a valorização da cota de cada fundo que excede 100% (cem por cento) do índice de referência, já descontada a remuneração baseada na taxa de administração. O valor devido como taxa de performance é provisionado diariamente pelo fundo, pago semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano ou no resgate de quotas, o que ocorrer primeiro. Na eventualidade das cotas apresentarem rentabilidade inferior à variação do índice de referência, ao final de um determinado período de performance, nenhuma taxa de performance será paga, até que seja compensada a diferença negativa entre a variação da rentabilidade das cotas e a variação do índice de referência. O total da taxa de performance no exercício correspondeu a R$ 3.671 mil (2024 – R$ 3.706 mil). **• Receitas Financeiras:** As receitas auferidas em 2025 totalizaram R$7.570 mil (2024 – R$8.061 mil), tendo sido originadas de operações em CDB-DI com remuneração de até 96% do CDI e pelas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM LTDA., sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. **• Despesas Operacionais:** As despesas operacionais, no consolidado, totalizaram R$ 100.195 mil (2024 – R$ 126.839 mil), sendo R$ 14.739 mil (2024 – R$ 15.486 mil) referente a despesas administrativas, R$ 79.755 mil (2024 – R$ 107.110 mil) de despesas com pessoal, R$ 3.569 mil (2024 – R$ 3.103 mil) de despesas de depreciação e amortização e R$ 2.132 mil (2024 – R$ 1.140 mil) de despesas tributárias. **• Impostos:** Imposto de renda e contribuição social, no consolidado, totalizaram R$ 28.921 mil (2024 – R$ 47.398 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **• Resultado do Exercício:** No consolidado, apresentou um lucro líquido de R$ 64.503 mil (2024 – R$ 86.950 mil). Por fim e em atendimento ao Art. 133 da Lei das S.A. (Lei 6.404 de 1976), conforme alteração promovida pela Lei nº 15.177/2025, a Verde Asset adota práticas de gestão pautadas pelo respeito, pela ética e pela igualdade de oportunidades, promovendo um ambiente de trabalho profissional, inclusivo e alinhado aos seus valores corporativos. • Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Verde Asset:

Consolidado

	2024		2025		Var. p. p.
Cargo	Feminino	Proporção	Feminino	Proporção	
Secretária	2	**100%**	2	**100%**	**0 p.p**
Assistente	7	**58%**	8	**57%**	**(1 p.p)**
Analista	8	**33%**	7	**33%**	**0 p.p**
Gerente	3	**23%**	3	**30%**	**7 p.p**
Diretor	1	**33%**	1	**33%**	**0 p.p**
Total	**21**	**39%**	**21**	**42%**	**3 p.p**

• Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Verde Asset:

	2024		2025	
	Feminino	Proporção	Feminino	Proporção
Mulheres na Administração	1	**33%**	1	**13%**

• Democratização da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Verde Asset:

Consolidado

	2024			2025		
Proporção Salários Mulher x Homem	**Remuneração Fixa**	**Total Compensation**		**Remuneração Fixa**	**Total**	**Compensation**
Secretária*	-	-		-	-	-
Assistente	122%	66%		124%	81%	
Analista	92%	77%		93%	65%	
Gerente	92%	84%		93%	84%	
Diretor	100%	69%		100%	84%	

**valores zerados pois na Verde Asset não há homens neste cargo para realizar o comparativo.*

Auditoria independente: Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram prestados à Verde Asset outros serviços pelos seus auditores independentes que não os relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante		**11.094**	**16.616**	**64.230**	**106.011**
Caixa e equivalentes de caixa	**3**	4.988	42	53.602	92.348
Contas a receber	**4**	-	-	8.028	9.976
Dividendos a receber	**5**	6.058	16.564	-	1.925
Outros créditos	**6**	48	10	1.686	321
Despesas antecipadas		-	-	914	1.441
Não circulante		**8.794**	**3.586**	**72.276**	**85.893**
Outros créditos	**6**	-	-	500	840
Depósitos judiciais	**10**	-	-	52.391	63.769
Investimentos	**5**	8.794	3.586	-	473
Arrendamentos	**7**	-	-	16.851	17.286
Imobilizado	**8**	-	-	2.127	3.500
Intangível	**8**	-	-	1	16
Total do ativo		**19.888**	**20.202**	**136.506**	**191.904**

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante		**1.087**	**16.553**	**56.861**	**89.638**
Contas a pagar		-	-	358	569
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	**9.1**	-	-	38.696	50.085
Obrigações fiscais	**9.2**	-	-	7.635	19.545
Dividendos a pagar	**11.4**	1.086	16.553	1.086	16.553
Arrendamentos	**7**	-	-	3.086	3.086
Não circulante		**-**	**-**	**65.601**	**81.234**
Provisão para contingências	**10**	-	-	49.245	65.950
Arrendamentos	**7**	-	-	16.356	15.284
Patrimônio líquido	**11**	**18.801**	**3.649**	**20.044**	**20.832**
Capital social	**11.1**	11.077	3.441	11.077	3.441
Reserva legal	**11.2**	2.215	-	2.215	-
Reserva de lucros		5.509	208	5.509	208
Participação de Acionistas não Controladores				1.243	17.183
Total do passivo e patrimônio líquido		**19.888**	**20.202**	**136.506**	**191.904**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas com prestação de serviços		-	-	204.213	280.390
(-) Impostos e contribuições sobre serviços prestados		-	-	(19.981)	(28.884)
Receita operacional líquida	**12**	**-**	**-**	**184.232**	**251.506**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	**5**	48.168	45.718	-	2.443
Despesas administrativas	**13**	(243)	(38)	(14.739)	(15.486)
Despesas com pessoal	**14**	-	-	(79.755)	(107.110)
Despesas com depreciação e amortização		-	-	(3.569)	(3.103)
Despesas tributárias		(43)	-	(2.132)	(1.140)
Outras receitas operacionais		-	-	-	1.346
Resultado operacional		**47.882**	**45.680**	**84.037**	**128.456**
Receitas (despesas) financeiras	**15**	33	18	9.387	5.892
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**47.915**	**45.698**	**93.424**	**134.348**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**16**	-	-	(28.921)	(47.398)
Lucro líquido do exercício		**47.915**	**45.698**	**64.503**	**86.950**
Lucro líquido Atribuível aos Acionistas Controladores		-	-	47.915	45.698
Lucro líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		-	-	16.588	41.252
Ações do capital social ao final do exercício (Quotas em 2024)		5.974.133	3.440.716	5.974.133	3.440.716
Lucro por ação (Quotas em 2024) do capital social ao final do exercício R$		8,02	13,28	10,80	25,27

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	47.915	45.698	64.503	86.950
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**47.915**	**45.698**	**64.503**	**86.950**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total controlador	Participação não controlador	Total
Em 31 de dezembro de 2023		**3.211**	-	**208**	-	**3.419**	**10.275**	**13.695**
Integralização de capital		230	-	-	-	230	-	230
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.698	45.698	41.252	86.950
Destinação								
Dividendos propostos	**11.3**	-	-	-	(45.698)	(45.698)	(34.345)	(80.043)
Em 31 de dezembro de 2024		**3.441**	-	**208**	-	**3.649**	**17.183**	**20.832**
Em 31 de dezembro de 2024		**3.441**	-	**208**	-	**3.649**	**17.183**	**20.832**
Aumento de capital		7.636	-	-	-	7.636	-	7.636
Lucro líquido do exercício		-	47.915	-	-	47.915	16.588	64.503
Destinação								
Reserva de lucros		-	2.215	5.301	(7.516)	-	-	-
Dividendos propostos	**11.3**	-	-	-	(40.399)	(40.399)	(32.528)	(72.927)
Em 31 de dezembro de 2025		**11.077**	**2.215**	**5.509**	-	**18.801**	**1.243**	**20.044**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixas das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		47.915	45.698	93.424	134.348
Ajustes					
Depreciação e amortização	**8**	-	-	3.569	3.103
Resultado de equivalência patrimonial	**5**	(48.168)	(45.718)	-	(2.443)
Provisões de contingência fiscal	**10**	-	-	(16.705)	7.871
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado		**(253)**	**(20)**	**80.288**	**142.879**
Redução (Aumento) em contas a receber		-	-	1.948	(334)
(Aumento) Redução em despesas antecipadas		(38)	-	(1.365)	100
(Aumento) Redução em outros créditos		(10)	(5)	470	(528)
Redução (Aumento) em depósitos judiciais		-	-	11.378	(9.693)
Redução (Aumento) em ativos de direito de uso		-	-	435	(8.055)
Aumento em contas a pagar		-	-	861	7.525
(Redução) em obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	(11.389)	(40.531)
(Redução) Aumento em obrigações fiscais		1	(6)	(2.427)	(419)
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(38.404)	(55.174)
Caixa líquido gerado pelas (utilizados) nas atividades operacionais		**(300)**	**(31)**	**41.795**	**35.750**
Fluxo de caixa nas atividades de investimentos					
Recebimento de dividendos		60.438	37.285	1.925	697
Integralização de capital em investida		-	(700)	473	(387)
Aquisição de imobilizado/intangível		-	-	(2.181)	(1.812)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado) nas atividades de investimentos		**60.438**	**36.585**	**217**	**(1.502)**
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos					
Integralização de capital		-	230	7.636	230
Dividendos pagos no exercício		(55.192)	(36.814)	(88.394)	(71.159)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		**(55.192)**	**(36.584)**	**(80.758)**	**(70.929)**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**4.946**	**(30)**	**(38.746)**	**(36.681)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		42	72	92.348	129.029
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.988	42	53.602	92.348
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**4.946**	**(30)**	**(38.746)**	**(36.681)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Verde Empreendimentos e Participações S.A., anteriormente denominada HLS Empreendimentos e Participações S.A., ("Companhia" ou "Controladora") domiciliada no Brasil, com sede na cidade e no estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.600 – conjunto 111, constituída em 25 de fevereiro de 2014 é uma sociedade anônima de capital fechado. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior. A Companhia participa como controladora direta nas seguintes empresas em 2025:

Companhias controladas	Principais atividades desenvolvidas	31/12/2025
Verde Asset Management S.A. ("Verde Asset")	Gestão de recursos de terceiros	100%
Verde Asset Agro e Imobiliário Ltda. ("Verde Agro")	Gestão de recursos de terceiros	70%
Verde Serviços Internacionais S.A. ("Verde Serviços Internacionais")	Gestão de recursos de terceiros	100%

A Companhia mantém controle do Fundo de Investimento em Renda Fixa denominado VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI ("Fundo VGC"), o qual está apresentado de forma consolidada, nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025. Tal consolidação, dá-se, pois, a capitalização deste fundo é proveniente do esforço de caixa realizado pela Companhia e suas Controladas. A consolidação entre a Companhia, a Verde Asset, Verde Agro, Verde Serviços Internacionais e o Fundo VGC é denominado como "Grupo Verde". Em 2024, a Companhia participava com 51,13% na Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. de forma direta, e detinha ainda de forma direta 28,05% na HPL Empreendimentos e Participações S.A., que por sua vez detinha 23,98% da Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A., totalizando um investimento na Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. de 57,86%. A Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. detinha os seguintes investimentos:

Companhias controladas	Principais atividades desenvolvidas	31/12/2024
Verde Asset Management S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100%
Verde Asset Agro e Imobiliário Ltda.	Gestão de recursos de terceiros	70%
Verde Serviços Internacionais S.A.	Gestão de recursos de terceiros	100%

A Companhia incorporou as empresas Holding Verde Empreendimentos e Participações S.A. e HPL Empreendimentos e Participações S.A. em 12 de setembro de 2025, tornando-se a controladora do Grupo Verde, conforme formalizado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de cisão, fusão e incorporação, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 11.077 representado por 5.974.133 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. Em 8 de outubro de 2025 ("signing") a Companhia foi vendida para a empresa Vinci Soluções de Investimentos Ltda. ("Vinci Soluções"), conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. No dia 1º de dezembro de 2025 ("closing") houve a aprovação da venda pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A Vinci Soluções adquiriu 50,1% das ações da Companhia pelo montante estimado de R$ 46,8 milhões em dinheiro e 3,1 milhões de ações classe A ("ações") da Vinci Compass Investments Ltd. ("Vinci Compass") avaliadas em R$ 4,1 milhões em dinheiro. A primeira parcela foi paga no montante de R$ 32,4 milhões em dinheiro e 2,2 milhões em ações, no closing, e a segunda parcela será de R$ 14,4 milhões em dinheiro e 0,9 milhões em ações, no segundo aniversário da data do closing, condicionada a metas de receita e outras condições. Após cinco anos do closing, a Vinci Soluções, conforme cláusulas contratuais, adquiriu os 49,9% restantes das ações da Companhia, sob estrutura de *earnout*, conforme cláusula (2.6) estabelecida no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças. Em 1º de dezembro de 2025 foi realizada a Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") que alterou a denominação social da Companhia para Verde Empreendimentos e Participações S.A. e aprovou as Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2026. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas pela Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir. A preparação de Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Tais estimativas são revisadas no mínimo anualmente, sendo as principais, provisões para contingências judiciais fiscais e trabalhistas, vida útil e depreciação do imobilizado e recuperabilidade de ativos *(impairment)*. **2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem a Companhia, suas empresas controladas indicadas na Nota 1 e o VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI, onde as empresas do Grupo Verde são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. A carteira desse fundo de investimento está classificada por tipo de operação e está distribuída em cada categoria nas quais originalmente foram alocadas. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. i. VGC Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI: Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias e o fundo de investimento, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas e fundo de investimento, se aplicável; b) eliminação dos saldos de investimentos da Controladora com os saldos de capital, reservas e lucros acumulados das controladas, assim como a eliminação dos saldos de aplicações no fundo de investimento da Controladora e c) destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações Financeiras consolidadas, se aplicável. As Controladas e o Fundo de Investimento são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidados a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as partes relacionadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas do Grupo Verde são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. **2.3. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.4. Instrumentos financeiros:** CPC 48 (IFRS 9) aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. **2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, que se referem aos saldos de títulos públicos e títulos e valores mobiliários junto as Instituições Financeiras (Nota 3) e (ii) mensurados ao custo amortizado que compreendem o "contas a receber de clientes" (Nota 4). A classificação está alinhada ao modelo de negócios da Companhia para a gestão de ativos financeiros e também nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia em 2025 e 2024 possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo classificados apenas em nível 1. A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados pelo custo amortizado. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo e contabilizados subsequentemente, pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras" no período em que ocorrem. **2.5. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de gestão e performance dos fundos de investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. O prazo de recebimento é inferior a um ano, e, portanto, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. **2.6. Arrendamentos:** A Companhia aluga andar de prédio comercial para sua sede administrativa. O contrato de aluguel foi realizado por o período de 5 anos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos estabelecidos contratualmente (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber). Os pagamentos do arrendamento são descontados utilizando a taxa incremental de empréstimo do arrendatário, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou a taxa de financiamento obtida com instituição financeira relevante no mercado, que já possui o spread de crédito, de 11,99% a.a. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. **2.7. Imobilizado:** Demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação, calculada de acordo com a vida útil definida e de qualquer perda não recuperável acumulada, a partir da entrada da Companhia em operação. O custo histórico inclui os gastos necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A depreciação dos itens do imobilizado estão sendo calculadas nas seguintes taxas anuais: a) Instalações 10%; b) Mobiliários 10%; c) Aparelhos de refrigeração 10%; d) Máquinas e equipamentos 10%; e) Benfeitorias em imóveis de terceiros 20% (Conforme contrato de locação). **2.8. Intangível:** As licenças de *software* adquiridas são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. Todos os ativos intangíveis são considerados com tendo uma vida útil definida de 5 anos. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou excluídas de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A apuração do imposto de renda e da contribuição social corrente da Controladora e das controladas foi apurada com base no regime do lucro real, alíquotas de 9% para Contribuição Social e 15% para Imposto de Renda da base tributável, acrescido 10% de Impostos de Renda sobre a base tributável que exceder R$ 240 mil no ano. **2.10. Capital social:** As ações do capital social são classificadas no patrimônio líquido. Os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.11. Reconhecimento de receita:** Receitas de contratos com clientes – CPC 47 (IFRS 15): Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1º de janeiro de 2018. Esta norma especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas completas. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato; ii) identificar as obrigações de performance; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução. O princípio básico do CPC 47 consiste em que uma entidade reconheça receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos serviços de gestão de fundos de investimentos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e quando não existirem incertezas quanto a realização financeira, conforme descrição a seguir: **(a) Taxas de gestão:** As taxas de gestão são reconhecidas nos períodos em que os correspondentes serviços são realizados, em conformidade com os critérios de reconhecimento definidos contratualmente que em geral, refere-se a um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido de cada fundo de investimento sob gestão. Os percentuais das taxas de administração são de até 2% ao ano. **(b) Taxas de performance:** As taxas de performance são reconhecidas contabilmente quando o retorno dos ativos sob gestão num determinado período pré-estabelecido nos regulamentos de cada fundo, ultrapassam certos referenciais de retorno (benchmark) ou outros referenciais de performance de acordo com o regulamento de cada fundo. Os períodos de apuração das taxas de performance são, geralmente, encerrando-se, substancialmente em junho e dezembro de cada exercício. **2.12. Distribuição de lucros:** A distribuição de lucros aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, com base no Estatuto Social, quando deliberados e não pagos. **2.13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam ativos contingentes. Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" refere-se a ativos e passivos, pois a sua existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e Obrigações legais – Provisões para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 10. **2.14. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Conta corrente	18	3	30	37
Aplicações financeiras (*)	4.970	39	53.572	92.311
Total	**4.988**	**42**	**53.602**	**92.348**

	Controladora (a) 31/12/2025	Controladora (a) 31/12/2024	Consolidado (b) 31/12/2025	Consolidado (b) 31/12/2024
(*) Aplicações financeiras				
Títulos públicos - LTN	-	-	-	90.220
Títulos públicos - NTN	-	-	51.155	-
Fundo VGC Renda Fixa CDB	4.884	26	-	-
Outros	86	13	2.417	2.091
Total	**4.970**	**39**	**53.572**	**92.311**

(a) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras estão representadas por operações em CDB-DI com remuneração de 96% do CDI e por cotas do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI", administrado pela Intrag DTVM Ltda., sem vencimento e com liquidez imediata e com ativos representados substancialmente por operações compromissadas. O resultado das operações foi de R$ 7.570 (R$ 8.061 em 31 de dezembro de 2024) e está registradas em "Receitas financeiras" (Nota 15).

(b) Substancialmente apresentado por títulos públicos investidos através do Fundo "VGC Renda Fixa Referenciado DI".

4. Contas a receber

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024
Gestão e performance fee e fundos nacionais (a)	5.437	6.672
Gestão e performance fee de fundos internacionais (b)	2.591	3.304
Total	**8.028**	**9.976**

(a) A gestão da carteira dos fundos nacionais está sob responsabilidade da Verde Asset Management S.A. e Verde Asset Agro Imobiliário Ltda., cujo administração está sob a responsabilidade principalmente da Intrag DTVM Ltda., cujos patrimônios líquidos dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R$ 9,02 bilhões (R$ 11,15 bilhões em 31 de dezembro de 2024).

(b) A gestão da carteira dos fundos internacionais está sob responsabilidade da Verde Serviços Internacionais S.A., cujo a administração está sob a responsabilidade do Banco Itaú S.A., cujo patrimônio líquido dos Fundos geridos, em 31 de dezembro de 2025, totalizavam R$ 6,44 bilhões (R$ 7,50 bilhões em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 8.028 (R$ 9.976 em 31 de dezembro de 2024) referia-se a taxa de gestão e performance, que foram recebidas em janeiro de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de taxa de gestão e performance dos fundos nacionais e internacionais totalizaram R$ 206.213 (

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

continuação

Verde Empreendimentos e Participações S.A. - CNPJ/MF nº 19.796.753/0001-83

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Outras receitas e despesas é explicada pelos valores contabilizados de juros sobre contabilização de arrendamento, aplicação do CPC 06 – Arrendamentos, bem como a variação cambial sobre valores transacionados via câmbio.

16. Imposto de renda e contribuição social: A apuração da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social da Controladora, foi pelo regime de lucro real, conforme demonstrado a seguir:

a) Corrente

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	47.915	45.698
(-) Exclusões permanentes	(48.168)	(45.718)
Lucro (prejuízo) antes da compensação dos prejuízos	(253)	(20)
Valor - base para tributação	**(253)**	**(20)**

As Controladas foram tributadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pelo regime de tributação sobre o lucro real, sendo assim, segue as apurações:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes da tributação s/ lucro	93.424	134.368
Adições permanentes	7.620	13.453
Adições temporárias	-	3.527
Exclusões permanentes	-	-
Exclusões temporárias	(13.905)	(4.204)
Resultado fiscal	**87.139**	**144.733**
Base de cálculo após ajustes permanentes e temporários	**87.139**	**206.256**
Imposto de renda (15%)	(13.258)	(21.710)
Imposto de renda - adicional (10%)	(8.757)	(14.426)
Contribuição social (9%)	(7.937)	(13.026)
Deduções por incentivos fiscais	1.001	1.764
Total	**(28.921)**	**(47.398)**

17. Partes relacionadas: (i) A Companhia possui cotas do Fundo de Investimento "VGC FI Renda Fixa Referenciado DI", sem vencimento, administrado pela Intrag DTVM Ltda., no valor de R$ 4.884 (R$ 26 em 31 de dezembro de 2024). (ii) A remuneração total do pessoal-chave da administração, representado pelos diretores da Companhia, estão demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total remuneração	3.500	7.873
INSS parte empresa	1.218	2.018
Total	**4.718**	**9.891**

(iii) Em 31 de dezembro de 2025 de forma consolidada a Companhia apresenta na rubrica de outros créditos o montante de R$ 1.484 (R$ 114 em 31 de dezembro de 2024) referente aos empréstimos realizados aos sócios da Companhia.

18. Fatores de riscos financeiros: Risco de crédito: O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de terceiros, dos valores contratados. O Grupo Verde atenua os riscos de crédito aplicando o seu caixa em instituições financeiras de ótima qualidade e/ou em títulos do Tesouro Nacional. **Risco de mercado:** O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda/ganho devido às flutuações de preços dos ativos financeiros. O Grupo Verde investe apenas em operações compromissadas indexadas ao CDI com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro, ambos com baixíssimo risco de mercado. A receita gerada pelos fundos sob gestão do Grupo Verde está sujeita a variações dos preços de mercado. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é controlado para que não haja descasamento na liquidação dos direitos e obrigações do Grupo Verde. O monitoramento desse risco é crucial para permitir que as transações sejam liquidadas de maneira oportuna e segura. O Grupo Verde aplica seus recursos financeiros em operações compromissadas com liquidez diária e Letras Financeiras do Tesouro que possuem liquidez elevada no mercado secundário.

19. Eventos Subsequentes: Não foram identificados eventos subsequentes relevantes após o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 até a emissão dessas demonstrações financeiras.

Pedro Fukui - Diretor Financeiro — José Luiz Gonzaga - Contador - CRC nº 1SP132371/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Verde Empreendimentos e Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Verde Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 6 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5 — Luís Carlos Matias Ramos Contador CRC 1SP117564/O-1

Goldsztein Cyrela Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ 08.074.750/0001-10 - NIRE 35231306741
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Em 08.08.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das Sócias. **Mesa**. Presidente: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. A sócia aprova por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor **de** R$ 370.707.791,00 **para** R$ 280.707.791,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0014620-02.2023.8.26.0005**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito, Dr(a). LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS, do Juízo Titular I - 2ª Vara Cível - Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER à VALDI LEMOS SAMPAIO, CPF: 129.501.993-53, que lhe foi proposta uma ação de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, por parte de DARCI DA SILVA. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, fo determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 22.325,36, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 28 de julho de 2026. | 13,14

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1045607-42.2025.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito do Juízo Titular I - 10ª Vara Cível - Regional II - Santo Amaro, Dr(a). GUILHERME DURAN DEPIERI na forma da lei, etc. FAZ SABER a 29.353.289 SERGIO LUIZ DE ARRUDA DO NASCIMENTO, CNPJ: 29.353.289/0001-04; 29.353.289/0001-04; que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de PANORAMA RESIDENCIAL, objetivando a rescisão contratual por inadimplemento da ré, condenando-a na devolução do valor de R$ 11.200,00 pago pelo autor, devidamente atualizado e corrigido, acrescido das custas processuais e honorários advocatícios. Estando o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a fluir do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 29 de julho de 2026. | 13,14

Brasil reduz pobreza, mas amplia desigualdades, mostra estudo

O Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2026 aponta que o Brasil avançou, no último ano, em 34 (71%) dos 48 indicadores estudados para análise do processo de enfrentamento das desigualdades.

Os avanços apontados pelo estudo são relativos, principalmente, à melhoria de renda média, ao aumento do mercado de trabalho, à redução da pobreza, além de maior segurança alimentar e acesso aos serviços básicos.

Índices de saúde – como redução da desnutrição infantil e de idosos; educação – como queda do analfabetismo; e segurança, – como redução da taxa de homicídios registrados de jovens de 15 a 29 anos, também melhoraram.

Do total de indicadores analisados, oito pioraram e seis se mantiveram estáveis.

Entre as pioras estão: ampliação do número de mulheres que recebem remuneração inferior à dos homens; agravamento da concentração da renda; tributação menor conforme a renda é maior; condições mais desfavoráveis à população negra; aumento da concentração dos piores indicadores sociais no Norte e Nordeste.

Para os responsáveis pelo relatório, os indicadores que apresentaram piora revelam que os principais mecanismos de reprodução das desigualdades permanecem ativos.

"O crescimento econômico beneficiou diferentes grupos sociais, mas não foi suficiente para reduzir as disparidades históricas de renda, gênero, raça e território", destaca o relatório.

O relatório publicado neste ano é a quarta edição. O primeiro foi publicado em 2023. A última publicação traz análises atuais sobre indicadores de 2025, com exceção de algumas bases de dados não atualizadas anualmente.

Um exemplo são os indicadores derivados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que analisam gastos com transporte e carga tributária a cada dois anos. Outro caso é o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf), divulgado em 2024, após seis anos da pesquisa anterior.

Na avaliação da diretora técnica do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades, Adriana Marcolino, a indisponibilidade desses indicadores atualizados em 2025 não interfere no comparativo com as edições anteriores do relatório.

Foto: Rovena Rosa/ABr

"Nesses casos, a gente olha o dado em comparação com o mesmo dado do ano anterior, então isso não cria um viés de tempo. Os indicadores que a gente acompanha já indicam tendências pelo fato de já termos quatro anos de relatórios".

No prefácio da publicação, Betina Ferraz Barbosa, coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) Brasil e economista-chefe do Pnud Brasil avalia que a análise dos indicadores contribui para um aprofundamento de índices divulgados por diversas organizações e vão além do conceito de desenvolvimento humano com base exclusivamente em indicadores econômicos de saúde e educação.

"Os números médios escondem uma realidade mais complexa: os avanços foram reais e, ao mesmo tempo, profundamente desiguais", destaca conclui. (Agência Brasil)

Anvisa abre caminho para farmácias venderem remédios no Ifood, Rappi e marketplaces

A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) abriu caminho para permitir que aplicativos de delivery como iFood e Rappi e plataformas como Mercado Livre, Americanas e Shopee possam vender remédios.

Essas empresas poderão anunciar, comercializar e entregar os medicamentos, mas as farmácias e drogarias continuarão sendo as únicas autorizadas a armazenar, fazer a dispensação (ato em que o farmacêutico fornece o medicamento e orienta o paciente sobre seu uso) e a relação com os laboratórios.

A agência reguladora publicou, na segunda-feira (10), a revogação de resoluções internas que barravam a comercialização no Rappi, Ifood, Mercado Livre, B2W (Americanas) e Shopee).

As plataformas, no entanto, só poderão começar a oferecer os remédios após a definição de regras específicas. Segundo a assessoria da Anvisa, não há previsão de data para a publicação da norma regulamentando o tema.

Instruções já existentes, como a resolução sobre as boas práticas farmacêuticas, deverão ser seguidas pelos marketplaces, informou a agência. Vender medicamentos de controle especial (que agem sobre o sistema nervoso central ou geram dependência), por exemplo, segue proibido, a menos que a norma específica estipule o contrário.

De acordo com a Anvisa, as medidas foram revogadas após "questionamentos formais" apresentados à agência, depois de o governo federal sancionar, em março, a lei que autorizou a instalação de farmácias e drogarias em áreas de venda de supermercados.

"O que muda para os aplicativos que não possuem todas essas licenças é que eles realizam a parte de intermediação entre farmácia e consumidor e a entrega dos medicamentos", afirma o advogado Gustavo Caetano, sócio da área de Life Sciences e Saúde do escritório Mattos Filho.

O modelo é diferente do adotado por alguns supermercados que abriram drogarias em suas unidades e passaram a comercializar os produtos diretamente nesses estabelecimentos.

A mudança ocorre em um momento de expansão da presença de medicamentos no varejo. A rede de supermercados Assaí já prevê inaugurar 25 unidades de farmácia dentro de suas lojas ainda em 2026, com a promessa de comercializar medicamentos a preços menores do que os praticados pelas drogarias.

O Mercado Livre já comercializa remédios de venda livre, como analgésicos e antitérmicos, antiácidos e digestivos e vitaminas em um projeto-piloto, que por enquanto abrange parte da região metropolitana da cidade, cobrindo pontos como Vila Mariana, Paraíso e Itaim. A comercialização foi viabilizada após o marketplace adquirir, em setembro de 2025, sua primeira farmácia física no Brasil. A empresa adquiriu a Cuidamos Farma, estabelecimento localizado no Jabaquara, na zona sul de São Paulo.

Sérgio Barreto, CEO da Abrafarma (Associação Brasileira das Redes de Farmácias e Drogarias), afirmou que a responsabilidade pela venda e pela assistência farmacêutica deve permanecer com farmácias e drogarias regularmente licenciadas.

As revogações foram aplicadas individualmente para cada empresa. Na última quinta-feira (6), a Anvisa já havia revogado uma medida preventiva que proibia a venda de medicamentos na plataforma da Shopee.

A Rappi afirmou que vê a decisão da Anvisa como um "passo positivo", que traz maior segurança jurídica para o setor e atualiza o marco regulatório diante da evolução das novas tecnologias.

A Shopee disse que considera positiva a decisão da Anvisa e afirmou que a venda de medicamentos em seu marketplace será permitida exclusivamente por farmácias e drogarias licenciadas.

O Mercado Livre afirmou que recebe positivamente a decisão da Anvisa e que a medida "privilegia a livre concorrência e representa um avanço para a modernização do setor de saúde e para a democratização do acesso a medicamentos no Brasil".

O iFood disse que acompanha a revogação das medidas da Anvisa e reforça seu compromisso com a legislação sanitária. A empresa afirmou que não busca substituir as farmácias, mas conectar estabelecimentos licenciados, consumidores e entregadores por meio de tecnologia especializada.

"A empresa não compra, não estoca nem revende medicamentos. A venda e a dispensação permanecem responsabilidade integral das farmácias parceiras, e o farmacêutico mantém seu papel insubstituível", disse a empresa em nota. (Folhapress)

Governo consegue atrasar pauta-bomba que eleva piso de médicos a R$ 13,6 mil

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) voltou a analisar na terça-feira (11) a elevação do piso nacional de R$ 3.600 para R$ 13,6 mil para médicos e cirurgiões-dentistas em jornadas de 20 horas semanais. Os senadores da comissão aprovaram que a elevação do valor mínimo seja feita de maneira escalonada ao longo de três anos.

O projeto de lei ainda precisa passar novamente pela Comissão de Assuntos Sociais, onde já tinha sido analisado e aprovado em junho. A reanálise do texto é consequência de uma manobra do governo Lula (PT) para conter o avanço da pauta, considerada uma pauta-bomba por transferir para a União o custo do piso desses profissionais de saúde.

Com a aprovação nas comissões, o projeto de lei poderia seguir diretamente para a Câmara, mas o senador Jaques Wagner (PT-BA) apresentou recurso para que o texto fosse para o plenário e, em seguida, a líder do governo, Teresa Leitão (PT-PE), apresentou quatro emendas para conter o impacto do reajuste do piso nacional.

Isso obrigou o retorno do texto às comissões, dando mais tempo para o governo negociar.

O relator da proposta na CAE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), acolheu, entre as emendas de Teresa, apenas a que estabeleceu a implementação escalonada do novo valor, com 40% no ano seguinte ao da publicação, depois 70% e atingindo 100% no terceiro ano.

As outras propostas da líder do governo buscavam reduzir o impacto do piso sobre as contas públicas ao excluir da obrigação os médicos e cirurgiões-dentistas estatutários, ao retirar o reajuste pela inflação do piso dos estatutários e ao tornar a compensação da União aos estados e municípios facultativa e passível de limitações. Nelsinho Trad rejeitou essas propostas.

A exemplo do que aconteceu em votações anteriores, médicos e cirurgiões-dentistas ocuparam o plenário da CAE para acompanhar a votação.

O novo piso vale para médicos e cirurgiões-dentistas do setor público e privado. O piso atual é de três salários mínimos de 2022. O texto aprovado também eleva para 50% o adicional noturno e as horas extras da categoria.

Segundo a Fenam (Federação Nacional dos Médicos), o piso da categoria é regido por uma lei de 1961, que vinculava o valor ao salário mínimo. Na Constituição de 1988, essa vinculação acabou e, desde então, os médicos ficaram sem um piso de referência e isso, diz a entidade, resultou em distorções.

O governo calculava um impacto fiscal de R$ 8,1 bilhões já no primeiro ano, com despesas no Fundo Nacional de Saúde. Não foi divulgado como o escalonamento do reajuste mexe nessa conta.

Depois de passar pela CAE, o projeto de lei ainda tramitará na Câmara dos Deputados, onde o governo espera contar com o deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Casa, para segurar a tramitação.

Se o projeto virar lei, o Planalto teme que ele abra margem para que outras categorias forcem discussões sobre reajuste e piso nacional. (Folhapress)

Câmara instala comissão sobre PEC da redução da maioridade penal

Foto: Renato Araújo/Câmara dos Dep.

A Câmara dos Deputados instalou, na quarta-feira (12), a Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioridade penal no Brasil de 18 anos para 16 anos. O relator escolhido foi o deputado federal Mendonça Filho (União-PE).

Com a instalação, a comissão terá de 10 a 40 sessões do plenário da Câmara para votar um relatório sobre o tema. A PEC 32 de 2015 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em junho deste ano.

Durante a sessão, foi eleita a mesa que vai conduzir o processo. A chapa única foi eleita com 19 votos, tendo como presidente o deputado Aluísio Mendes (Republicanos-MA). Como a escolha cabe ao presidente da comissão, Mendes anunciou o deputado Mendonça Filho para relator da PEC.

O colegiado ainda elegeu o 1º vice-presidente, deputado Guilherme Derrite (PL-SP), o 2º vice-presidente, Benes Leocádio (União-RN) e o 3º vice-presidente, o deputado Sargento Fahur (PL-PR).

Se aprovada na Comissão Especial, a PEC segue para análise dos plenários da Câmara e do Senado, onde deve ser aprovada, em dois turnos, com maioria de três quintos dos parlamentares por se tratar de uma mudança constitucional.

Os defensores da proposta sustentam que a legislação para adolescentes é branda. Por outro lado, organizações sociais criticam a medida, argumentando que apenas amplia as prisões, sem resultados positivos para a segurança pública. (Agência Brasil)